

Josiane Gomes Lima

**O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros  
Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará**



Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2023



Josiane Gomes Lima

**O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros  
Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará**



Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial

Universidade Fernando Pessoa

Porto, 2023

Josiane Gomes Lima

**O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros  
Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dissertação apresentada à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação: Educação Especial, Domínio Cognitivo e Motor, realizada sob orientação da Professora Doutora Fátima Paiva dos Santos Coelho.

## **RESUMO**

É através da educação infantil que grandes oportunidades acontecem para as crianças, pois a escola é um local de inúmeras possibilidades. O primeiro contato com o ambiente escolar deve ser positivo e inspirador para crianças e familiares. Todos, sem exceção, deverão ter acesso, independentemente das suas características pessoais. Este estudo tem como objetivo geral compreender e analisar o processo de inclusão na educação infantil de alunos com necessidades específicas (NE) do ponto de vista dos docentes e no ponto de vista dos pais, em dois Centros Municipais de Educação Infantil, situados na cidade de Santarém, no Pará. Optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, tendo sido utilizado como instrumento de coleta de dados dois questionários abertos que serviram para conduzir a entrevista, aos quais participaram dezesseis participantes, entre pais e profissionais. Concluiu-se que a maioria dos profissionais (80%) do corpo docente das escolas entrevistadas disse estar preparada para receber crianças com NE. Quanto ao processo de inclusão, a maioria acredita que, trabalhando em colaboração, consegue implementar a educação inclusiva e apenas 15 % afirmam ser necessário buscar novas estratégias. A minoria dos entrevistados ressaltou a importância de criar um plano especializado, enquanto a maioria considera que deveriam receber constante formação continuada, 20% disseram que a parceria com a família é uma excelente estratégia. Quanto às dificuldades encontradas neste trabalho, a maioria dos professores aponta a falta de apoio pedagógico, o escasso apoio familiar e um número excessivo de alunos. Quanto às ações para aproximar família e escola, a maioria dos pais afirma que as conversas diárias sobre o desenvolvimento da criança são suficientes para que essa aproximação aconteça e acreditam que palestras de formação para ambos participarem seria de grande relevância. Estão satisfeitos com o modelo educativo adotado para os seus filhos.

**Palavras-chave:** Atendimento educacional. Sala de Recursos. Educação Infantil. Crianças com NE. Escola. Família.

## **ABSTRACT**

It is through early childhood education that great opportunities happen for children, as the school is a place of countless possibilities. The first contact with the school environment should be positive and inspiring for children and their families. Everyone, without exception, should have access, regardless of their personal characteristics. This study has the general objective of understanding and analyzing the process of inclusion in early childhood education of students with specific needs (SEN) from the point of view of teachers and from the point of view of parents, in two Municipal Centers for Early Childhood Education, located in the city of Santarem, in Pará. We opted for a qualitative research, using two open questionnaires as data collection instruments that served to conduct the interview, in which sixteen participants participated, including parents and professionals. It was concluded that most professionals (80%) of the faculty of the schools interviewed said they were prepared to receive children with SEN. As for the inclusion process, most believe that, working collaboratively, they can implement inclusive education and only 15% say it is necessary to seek new strategies. A minority of those interviewed highlighted the importance of creating a specialized plan, while most consider that they should receive ongoing training, 20% said that a partnership with the family is an excellent strategy. As for the difficulties encountered in this work, most teachers point to the lack of pedagogical support, scarce family support and an excessive number of students. As for actions to bring family and school closer together, most parents say that daily conversations about the child's development are enough for this approach to happen and believe that training lectures for both to participate would be of great relevance. They are satisfied with the educational model adopted for their children.

**Keywords:** Educational service, Resource room, Early childhood education, Children with SEN. Scholl. Family

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho ao autor da minha vida, Jesus, sem Ele nada sou.

A minha família que chamo de lar, são meu porto seguro em todos os momentos.

E as amigas que o mestrado me deu, juntas vivenciamos experiência exitosas, que jamais esquecerei.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu Senhor, Jesus Cristo, pela vida e saúde. Ele me sustentou até aqui. A minha família, meus pais José Gomes e Rejane, meu esposo Arlisson e filho Davi pelas orações, e por todo apoio.

Aos professores da UFP pela contribuição na minha trajetória acadêmica, à todos que contribuíram com minha pesquisa (...) e a minha orientadora, professora Doutora Fátima Paiva Coelho, por não ter desistido de mim, iniciei esse mestrado em 2018, veio a pandemia e ela sempre nos incentivando. Muito obrigada, a senhora é um grande exemplo de humanidade na terra.

## ÍNDICE GERAL

RESUMO.....	v
ABSTRACT .....	vi
DEDICATÓRIA .....	vii
AGRADECIMENTOS .....	viii
I. INTRODUÇÃO .....	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO INFANTIL ASPECTOS HISTÓRICOS E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ETAPA ESCOLAR .....	4
1.1. Processo de Inclusão de Alunos da Educação Infantil com Necessidades Especiais no Ensino Regular .....	8
1.2. Inclusão e Educação Infantil .....	10
CAPÍTULO 2. PROFESSOR E PRÁTICAS INCLUSIVAS .....	12
2.1. As Práticas Pedagógicas nas Salas de Recursos .....	13
2.2. O AEE na Organização e Gestão Escolar.....	14
2.3. O Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil .....	21
CAPÍTULO 3. ESTUDO EMPÍRICO.....	24
3.1. Problemática .....	24
3.2. Objetivos.....	25
3.3. Método.....	25
3.4. Participantes no Estudo .....	26
3.5. Instrumentos e Procedimentos.....	29
3.5.1. Instrumento .....	29
3.5.2. Procedimentos.....	31
CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	32
CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES .....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	55
ANEXOS .....	60

ANEXO 1. Entrevista com os Professores e Coordenadores .....	60
ANEXO 2. Entrevista com os Pais.....	64
ANEXO 3. Plataforma Brasil .....	66
ANEXO 4. Comitê de Ética em Pesquisa.....	69
ANEXO 5. Autorização dos Diretores .....	70
ANEXO 6. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido .....	73

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Operações mentais envolvidas no planejamento.....	15
---	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1. Especificação dos itens da Sala Tipo I .....	17
Quadro 2. Especificação dos itens da Sala Tipo II .....	18
Quadro 3. Estrutura da Entrevista para os professores e coordenadores .....	30
Quadro 4- Estrutura da Entrevista para os pais.....	29

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tempo de serviço .....	26
Gráfico 2. Idade .....	27
Gráfico 3. Neste percurso, tem tido a oportunidade de trabalhar com crianças que apresentem algum tipo de incapacidade? .....	27
Gráfico 4. Idade dos pais .....	28
Gráfico 5. Grau de estudos .....	28
Gráfico 6. Dificuldades em trabalhar com crianças especiais .....	32
Gráfico 7. Como o docente pode auxiliar no processo de inclusão.....	33
Gráfico 8. Opinião dos entrevistados sobre como o ensino regular deve se adaptar à educação inclusiva.....	34
Gráfico 9. Número de alunos da Educação Infantil na classe comum, onde estejam incluídas crianças com necessidades especiais.....	35
Gráfico 10. Os principais desafios da inclusão dentro da escola.....	36
Gráfico 11. Todos os alunos são igualmente valorizados?.....	37
Gráfico 12. O corpo docente está preparado para receber crianças com NEE? .....	38
Gráfico 13. Estratégias centrais para fazer um bom trabalho com crianças com NEE..	39
Gráfico 14. Na opinião do professor, como deve ser pensada a avaliação referente à aprendizagem das crianças com NEE.....	40
Gráfico 15. A importância do professor saber adaptar uma atividade para sua turma considerando o processo de inclusão.....	41
Gráfico 16. Como você encontra novas ideias para aulas incluindo suas crianças com necessidades educacionais especiais?.....	42
Gráfico 17. Como determina se os alunos aprenderam? .....	43
Gráfico 18. Quem auxilia no trabalho docente? .....	44
Gráfico 19. Os pontos fortes de ensino do professor.....	45
Gráfico 20. Os conteúdos trabalhados.....	46
Gráfico 21. As maiores dificuldades encontradas no dia a dia com sua criança.....	47
Gráfico 22. Os desafios da parceria entre escola e família na Educação Inclusiva.....	47
Gráfico 23. Ações para aproximar escola e família.....	48
Gráfico 24. Sente-se satisfeito com o modelo educativo adaptado para seu filho?.....	49
Gráfico 25. A escola organiza os grupos/ turmas valorizando a diversidade? .....	50
Gráfico 26. Sente-se devidamente informado sobre os direitos da criança com NEE? 51x	

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AP	Atenção Precoce
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BPC	Benefício de Prestação Continuada
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNDEB	Fundo Nacional da Educação Básica
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PNEE-EI	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROLIBRAS	Programa Nacional para a Certificação de Proficiência no Uso e Ensino de Libras
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
TA	Tecnologia Assistiva
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SRM	Salas de Recursos Multifuncionais

## I. INTRODUÇÃO

Falar sobre a Educação Infantil requer muita sensibilidade, pois nessa fase consolida-se a concepção que vincula o cuidar e o educar, compreendendo o cuidado como parte fundamental no processo educativo. Dentro desse contexto, as escolas de Educação Infantil que atendem crianças de creches e pré-escolas vivenciam um universo de experiências, diversificando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar, trabalhando a socialização, a autonomia e a comunicação, potencializando, assim, o desenvolvimento na educação de bebês e crianças bem pequenas, contexto em que a parceria entre escola e família é essencial para o bom êxito.

A educação inclusiva é uma temática de grande importância, tem tomado grandes proporções e percorrido diversos caminhos, principalmente nas instituições de ensino, visando ao bem-estar e ao desenvolvimento dos alunos que ocupam, por direito, as vagas destinadas à Educação Especial. O preparo da escola e a estreita relação entre instituição e família é imprescindível para que o aluno tenha sucesso nesse processo. Vale ressaltar que os profissionais da educação precisam estar em busca de constante aprendizado para conseguir atender de acordo com as especificidades de cada criança.

Segundo o novo norte da Educação Especial, as pessoas com necessidades especiais (física, mental, intelectual ou sensorial), síndromes, autismo, altas habilidades/superdotação devem ser matriculadas no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), previsto no art. 208, III, da Constituição Federal de 1988.

Uma escola inclusiva é aquela que garante a qualidade de ensino educacional a cada um de seus alunos, sem discriminação, respeitando as diferenças. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) (MEC, 2008): “O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas”.

O AEE foi criado com o objetivo de atender ao público da Educação Especial, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. É um serviço de apoio à sala de aula comum, oferecendo meios para contribuir com a aprendizagem dos estudantes. Pode ser realizado em uma sala de recursos multifuncionais (SRM), na biblioteca, no pátio etc. O professor do AEE trabalha em parceria com o professor da classe comum, juntos, cada um desempenha seu papel em busca de melhorias para o avanço das crianças.

Na maioria das vezes, nas escolas, esse atendimento acontece no contraturno. Já nos Centros de Educação Infantil, é possível se deparar com o período integral, e isso não impede o Atendimento Educacional Especializado. Este deve acontecer normalmente no período em que a criança estiver na instituição de ensino. A escola deve organizar o horário e a classe para que o AEE aconteça normalmente e não interfira na participação das crianças nas atividades.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo geral compreender e analisar o processo de inclusão na educação infantil de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) do ponto de vista dos docentes, compreender e analisar o processo de inclusão na Educação Infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos professores e dos pais.

O presente estudo está organizado nos seguintes capítulos: Capítulo I - Apresenta-se a revisão da literatura, onde são abordados os temas: Educação Infantil, Aspectos Históricos e Organização da Etapa Curricular, Processo de Inclusão de alunos da Educação Infantil com Necessidades Especiais no ensino regular. No Capítulo II - Fala-se sobre o Professor e Práticas Inclusivas, as Práticas Pedagógicas nas salas de recursos, o AEE na organização e Gestão Escolar, o AEE na Educação Infantil. No capítulo III - Apresenta-se o Estudo Empírico, através da problemática, dos objetivos gerais e específicos, dos instrumentos e procedimentos e da caracterização dos participantes. No capítulo IV - Serão apresentados e discutidos os resultados e, por fim, teremos a conclusão no capítulo V.

**PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

## **CAPÍTULO 1. EDUCAÇÃO INFANTIL ASPECTOS HISTÓRICOS E ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ETAPA ESCOLAR**

No início do século XX, foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil. Com o I Congresso de Proteção à Infância, em 1922, ressaltou-se a importância da criação de leis sobre os direitos das crianças à vida, à saúde e sobre a ampliação de leis da visão da criança pré-escolar, abrangendo sua formação e desenvolvimento (Brasil, 1988).

Em 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, a Educação Infantil foi apresentada como direito da criança, do nascimento aos seis anos de idade, alterando-se posteriormente o período de 0 a 5 anos de idade, sendo a educação oferecida em creche e pré-escola. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, a Educação Infantil se refere à primeira etapa da educação básica destinada ao processo inicial de socialização das crianças (que vai até os 5 anos de idade). Esta atividade é realizada em instituições educativas especializadas, conhecidas por várias denominações: jardim da infância, maternal, creches ou pré-escola, elas têm assumido um papel cada vez mais importante no processo educacional (Brasil, 1996).

Na Educação Infantil, a jornada pode acontecer em tempo parcial, ou seja, quatro horas ou em tempo integral, jornada igual ou superior a sete horas diárias. O ano letivo deve ter 200 dias e conter 800 horas (carga mínima) Lei nº 12.796/2013. Há uma orientação quanto à organização das turmas de alunos por faixa etária:

Os grupos ou turmas de crianças são organizados por faixa etária (1 ano, 2 anos, etc.) ou envolvendo mais de uma faixa etária (0 a 2, 1 a 3, etc.). A composição dos grupos ou das turmas de crianças leva em conta tanto a quantidade equilibrada de meninos e meninas como as características de desenvolvimento das crianças. [...] Levando em consideração as características do espaço físico e das crianças, no caso de agrupamentos com criança da mesma faixa de idade, recomenda-se a proporção de 6 a 8 crianças por professor (no caso de crianças de zero a um ano), 15 crianças por professor (no caso de crianças de dois a três anos) e 20 crianças por professor (nos agrupamentos de crianças de quatro e cinco anos) (Brasil, 2013a).

Em 1998, publicou-se o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI). O documento constitui-se como um conjunto de referências com conteúdo e orientações didáticas de caráter pedagógico, com o objetivo de auxiliar professores em seu trabalho educativo diário, apresentando uma proposta aberta e não obrigatória, possuindo um caráter amplo capaz de abarcar a cultura em aspecto regional (MEC, 1998).

Ainda conforme o RCNEI, o documento tem como função contribuir com programas e políticas para a Educação Infantil, compartilhando informações, discussões e pesquisas, tendo a finalidade de promover e ampliar como direito da criança “antes de tudo um viver prazeroso” na instituição escolar, atendendo, também, às necessidades e particularidades da criança (MEC, 1998).

Embasado nessa perspectiva, o documento RCNEI (MEC, 1998) estabelece propostas fundamentais para o desenvolvimento integral da criança, “Considerando-se as especificidades afetivas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças de zero a cinco anos a qualidade das experiências oferecidas que podem contribuir para o exercício da cidadania”. Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), devem ser embasados como princípios:

O respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; o direito das crianças a brincar, como forma particular de expressão, pensamento, interação e comunicação infantil; o acesso das crianças aos bens socioculturais disponíveis, ampliando o desenvolvimento das capacidades relativas à expressão, à comunicação, à interação social, ao pensamento, à ética e à estética; a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade (MEC, 1998, p.13).

A estrutura do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil é apoiada na organização das idades – crianças de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos, definidas em dois âmbitos de experiências, sendo elas a Formação Pessoal e Social e o Conhecimento de Mundo (MEC, 1998).

## O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

---

Em 2010, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), que destacam que a Educação Infantil deverá atender o desenvolvimento da criança de forma integral, sem anteceder sua escolarização no sentido para alfabetização.

As DCNEI afirmam que,

O atendimento em creches e pré-escolas como direito social das crianças se afirmar na Constituição de 1988, com o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado com a Educação. [...]. Desta forma, o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Em especial, têm se mostrado prioritárias as discussões sobre como orientar o trabalho junto às crianças de até três anos em creches e como assegurar práticas junto às crianças de quatro e cinco anos que prevejam formas de garantir a continuidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças, sem antecipação de conteúdos que serão trabalhados no Ensino Fundamental (MEC, 2010a, p.07).

As referidas diretrizes possuem propostas pedagógicas organizadas para Educação Infantil, suas concepções pedagógicas devem garantir que seja cumprida a sua função sociopolítica e pedagógica, conforme assegurado na Resolução CNE/CEB nº 05/09 artigo 7º apontada abaixo:

- I - oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam de seus direitos civis, humanos e sociais;
- II - assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- III - possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- IV - promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;
- V - construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (MEC, 2009b).

Nesta perspectiva, são observadas nas DCNEI a seguinte concepção de criança:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (MEC, 2010a, p.12).

Segundo as DCNEI, a criança deverá ser compreendida como o centro do planejamento curricular, o ponto principal do processo educativo pelas propostas pedagógicas da Educação Infantil.

De acordo com DCNEI, as propostas pedagógicas para a Educação Infantil devem ser elaboradas, observadas e respeitadas de maneira a priorizar os seguintes princípios:

Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.

Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.

Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais (MEC, 2010a, p.16),

Portanto, as creches e pré-escolas passaram a ser reconhecidas não apenas como um lugar para as crianças ficarem enquanto os pais trabalham, mas como lugar de cunho educacional pedagógico que atenda às crianças de 0 a 5 anos de idade, respeitando suas vivências e particularidades. Houve, também, o reconhecimento sobre as capacidades próprias de agir e pensar que a criança tem e constrói, utilizando diferentes linguagens no decorrer deste processo. Ressalta-se que na Educação Infantil existem dois conceitos que são considerados como prática indissociável, imprescindível e importante no desenvolvimento e aprendizagem da criança: o cuidar e o educar (Brasil, 1988).

Observa-se, também, que a partir dos estudos referentes às concepções de criança e infância foram construídas, ao longo da história, e em cada época, esse modo de pensar a criança e a infância; foram compreendidas de acordo com o contexto social. Neste sentido, Andrade (2015, p.11) afirma que,

[...], em cada época, se exprime um modo distinto do que é ser criança, a ideia sobre a infância se caracteriza de diversas maneiras. Em vista disso, busca-se compreender, numa perspectiva histórica, as concepções de infância, com o intento de propiciar uma reflexão acerca das diferentes construções elaboradas ao longo do tempo.

Por fim, afirma-se que na atualidade a concepção de criança e infância está constituída de forma ampla sobre a pauta de processos na legislação: Constituição Federal (Brasil, 1988), Estatuto da Criança e Adolescente - ECA (Brasil, 1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (MEC, 1998) e as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (MEC, 2009b), em que a criança passou a ser considerada, inserida e respeitada como cidadã que possui direitos e que também pode exercer a cidadania na sociedade na qual está inserida.

### **1.1. Processo de Inclusão de Alunos da Educação Infantil com Necessidades Especiais no Ensino Regular**

De acordo com Ciríaco (2020), a legislação no tocante à inclusão é importante, contudo, urge assegurarmos o direito à educação inclusiva dos estudantes, segundo preconizam os arcabouços legais. Várias leis regulamentam o sistema e a política educacional, olhando com sensibilidade às diferenças, à diversidade e à inclusão. Percebe-se que a legislação pode estar voltada ao processo de inclusão das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, mas a inclusão, de fato, ainda está distante, ela não se restringe apenas às pessoas com deficiência, e sim a todos os sujeitos que não têm a possibilidade de estar, de outra forma, inseridos no ambiente escolar.

As leis são de suma importância, mas é necessário que haja de fato uma visão sobre a realidade da educação no Brasil. Apesar de se falar em educação para todos, temos que analisar como essa educação vem acontecendo e se ela está realmente preparada para incluir todos sem deixar lacunas no que se refere a um trabalho para a diversidade.

No decorrer dos anos, foram criadas legislações, portarias, decretos, resoluções e pareceres, que são fundamentais para a análise dos caminhos que a inclusão tem tomado e quais serão os próximos passos, com o intuito de colocar em prática a educação inclusiva em seus inúmeros âmbitos, sendo a educação parte de todos os principais, com objetivo de tornar a escola um lugar para todos.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 208, garante aos alunos com necessidades especiais o direito à criação de programas de prevenção e atendimento especializados e assistência às famílias responsáveis (Brasil, 1988).

A Lei nº 9.394/96 (LDB), em seu capítulo V, trata diretamente da Educação Especial e, especificamente no que se refere ao Art. 58, traz a seguinte definição: “Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. Prosseguindo, em seu Art. 59, reforça que, para um atendimento de qualidade, deve haver a capacitação do corpo docente para que, seja qual for a modalidade e a sua necessidade, os alunos possam receber a orientação e o ensino adequado (Brasil, 1996).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva é um importante documento onde se encontram, de forma condensada, importantes diretrizes e informações sobre a implantação da inclusão nas escolas e a garantia de apoio necessário para que os alunos, dentro de suas limitações, possam participar e aprender. Assim, a Educação Especial, segundo a perspectiva: “passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/desenvolvimento” (MEC, 2008).

Em 2015, no Art. 27, foi redigido o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido como a Lei Brasileira de Inclusão, em que se diz a respeito de educação que:

constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento

possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (Brasil, 2015).

No Art. 7º da LDB, expressa-se que “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação” (Brasil, 1996).

Observando todos esses documentos, afirma-se que a escola é um lugar para todos. Observa-se, também, que, por meio de experiências referentes à Educação Especial no conceito de Educação Inclusiva, é vista a necessidade de estudos e práticas voltadas ao assunto, para que haja preparação para lidar com as situações adversas. Grandes são as falhas, e ainda há um caminho longo para percorrer para a inclusão deste público, mas várias conquistas já foram alcançadas.

## **1.2. Inclusão e Educação Infantil**

Segundo Silva e Almeida (2021, p.3),

o processo de inclusão envolve muitas demandas uma vez que cada aluno deve ser atendido de acordo com suas particularidades e necessidades. Porém, nem sempre os envolvidos no processo sabem como fazer com que esse processo de inclusão possa acontecer de fato, sem deixar de atender a criança na sua integralidade.

Como já foi enunciado, a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, abrangendo crianças de 0 a 5 anos (Brasil, 1996). É através da Educação Infantil que grandes oportunidades surgem para as crianças, pois a escola é um local de inúmeras possibilidades, é lá que se alcançam os objetivos de aprendizagem, que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e se conhecer. O primeiro contato com o ambiente escolar deve ser positivo e inspirador para os alunos e familiares.

Conforme o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI): “é do direito de todas as crianças de uma comunidade, meninos e meninas, estudar na mesma escola, não importando as necessidades existentes” (MEC, 1998, p.46). Através

do currículo escolar, da organização dos professores e da integração de toda a comunidade, o trabalho escolar na perspectiva da inclusão deve ser abraçado por todos.

Para isso, compreender e aceitar que a Educação Inclusiva percorre diversos caminhos é de fundamental importância para a criação de um trabalho em que as crianças possam ser valorizadas como ser único, sendo respeitadas, e o preconceito, por sua vez, sendo erradicado do seguimento escolar.

## **CAPÍTULO 2. PROFESSOR E PRÁTICAS INCLUSIVAS**

A Educação Infantil é um investimento primordial, e com ela há a necessidade de formar profissionais especializados para orientar, estimular e promover o desenvolvimento infantil (Kramer, 2005).

Em sala de aula, é necessário que o professor esteja em busca constante de conhecimento, e a escola, por sua vez, deve estar preparada para atender todo o conjunto de necessidades especiais garantido por lei, permitindo que a criança assuma a sua identidade. Para isso, é importante estimular o bom senso em sala de aula, “é nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência” (Freire, 2015). Ou seja, o professor aprende a cada experiência, aprende ensinando. A formação do professor não se dá por acumulação e, sim, por um ato de reflexão de ressignificação permanente de uma identidade pessoal (Nóvoa, 1992).

No que tange às práticas docentes e ao currículo escolar, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil define a escola inclusiva como “aquela que é ligada à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a todas as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência” (MEC, 1998). E apresenta características relevantes para o currículo da Educação Infantil, dentre elas envolvem: adequação, coerência, flexibilidade, multiplicidade e abrangência. Para tal, é importante que as aulas práticas estejam de acordo com um currículo bem elaborado (MEC, 1998).

Para Zanata e Treviso (2016, p. 28), o processo de inclusão escolar ainda hoje não se concretizou. Existem, sim, leis que protegem esses indivíduos que estão inseridos em um contexto de ensino regular. No entanto a realidade é diferente, pois não se efetiva, de fato, a aprendizagem e o desenvolvimento de suas capacidades. É necessário que se aprimorem as necessidades, tanto relacionadas à prática de ensino, como ao próprio sistema educacional. E todos são responsáveis pelo processo de inclusão, não somente as instituições escolares. A sociedade deve promover debates, diálogos

relacionados à inserção de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho. A escola deve conter no projeto político pedagógico (PPP) cláusulas, direitos, que assegurem as crianças deficientes. Os professores precisam estudar, se atualizar continuamente para lidar com esses desafios no âmbito escolar, investindo, também, na parceria entre família e escola.

Referente ao ambiente escolar propício para o desenvolvimento do aluno, Mantoan (2003, p.9) diz:

Os ambientes humanos de convivência são plurais por natureza. Assim, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno – segundo suas capacidades e seus talentos – e de ensino participativo, solidário, acolhedor.

## **2.1. As Práticas Pedagógicas nas Salas de Recursos**

As atividades realizadas na sala de recursos devem partir das necessidades e dificuldades de aprendizagem específicas de cada aluno, oferecendo auxílio pedagógico e contribuindo para a aprendizagem dos conteúdos de classe. Carvalho (2000) afirma que a organização do atendimento educacional, baseada no paradigma da inclusão, deve procurar a remoção das barreiras para aprendizagem. Dentre as várias dificuldades existentes, a autora destaca como as mais significativas as atividades realizadas diariamente.

Observa-se, ainda, no currículo e nas relações curriculares, a intervenção pedagógica, a qualificação dos professores, a avaliação contínua a partir de cada trabalho realizado, a adequação de recursos materiais disponibilizados aos discentes, enfim, a importância de uma nova concepção de educação especial.

Segundo a autora, na programação da sala de recursos, é de grande importância observar as áreas de desenvolvimento cognitivo, motor, social, afetivo e emocional, com a intenção de dar subsídios aos conceitos e conteúdos em defasagem no processo de aprendizagem para se chegar ao currículo da classe comum. Os conteúdos escolares

deverão ser organizados e trabalhados com metodologias diferenciadas, através de técnicas adequadas que facilitem a construção do processo de ensino.

Diante da prática da educação inclusiva, a sala de recursos tem sido, na maioria das escolas, o lugar de atendimento à pessoa com necessidades educacionais especiais. Ela deve atender à diversidade, assegurando ao aluno a inclusão nas vivências do dia a dia, a aprendizagem no ensino regular, promovendo avanços significativos nos alunos especiais, com relação aos conteúdos escolares.

## **2.2. O AEE na Organização e Gestão Escolar**

Segundo Lück, referente ao gerenciamento do papel da escola (2009), o objetivo da comunidade escolar revela-se não somente no ensinar, mas, também, no aprender.

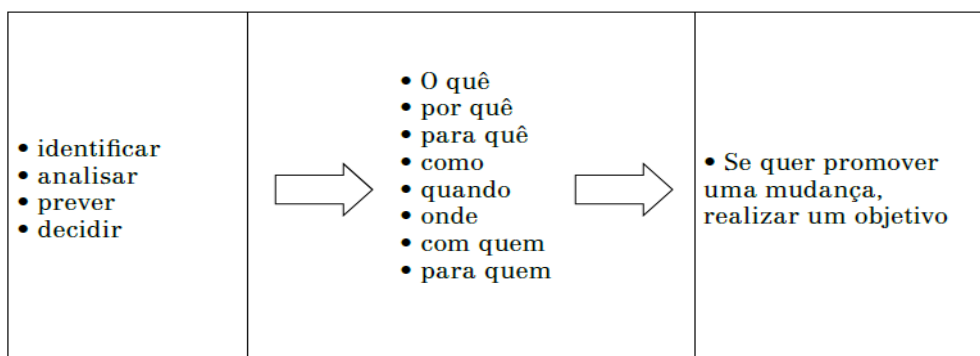
A educação é um processo organizado, sistemático e intencional, ao mesmo tempo em que é complexo, dinâmico e evolutivo, em vista do que demanda não apenas um grande quadro funcional, como também a participação da comunidade, dos pais e de organizações diversas, para efetivá-lo com a qualidade necessária que a sociedade tecnológica da informação e do conhecimento demanda (Lück, 2009, p.19).

No art. 2º. Da Lei 9.394/1996, a educação é constituída através de processos organizados no ambiente escolar e que promovem “o desenvolvimento pleno do educando, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1996). De acordo com o autor, a organização escolar envolve: a escola, um local para transmissão de valores, desenvolvimento e aprendizagem; os professores, responsáveis diretos pela formação dos alunos; os alunos, fator gerador da existência da escola; os funcionários, que colaboram para a construção do ambiente escolar; os gestores escolares, como responsáveis pela organização e orientação administrativa.

Como citado, a organização escolar envolve vários fatores, requerendo um planejamento adequado à realidade vivenciada. A autora Lück (2009, p.35) mostra as operações mentais que envolvem o planejamento, isso significa a “identificação, análise, previsão e decisão a respeito do quê, por quê, para quê, como, quando, onde,

com quem e para quem se quer promover uma mudança, em relação a uma dada realidade”.

**Figura 1.** Operações mentais envolvidas no planejamento



Fonte: Lück (2009, p.36).

Na organização do AEE, é importante conhecer o público-alvo, para que haja o planejamento adequado. No “Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais” (MEC, 2010b), os alunos matriculados na classe comum que receberão o atendimento são:

Alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem ter obstruído sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade;

Alunos com transtornos globais do desenvolvimento – aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo síndromes do espectro do autismo psicose infantil;

Alunos com altas habilidades ou superdotação – aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotora, artes e criatividade (MEC, 2010b, p.7).

No que se refere às atribuições do professor do AEE, no art. 13 da Resolução CNE/CEB nº. 4/2009, podem se destacar:

I - Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

## O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

---

- II - Elaborar e executar plano de atendimento educacional especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III - organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV - Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V - Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI - Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII - ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares (MEC, 2009a).

Os professores têm um papel de grande relevância na formação dos alunos, faz-se necessário a articulação do conhecimento com os instrumentos para a efetivação da ação pedagógica.

No momento em que o professor detiver o conhecimento dos instrumentos de ação para efetivar sua prática educativa e não só tiver o conhecimento, mas souber operacionalizar estes instrumentos em favor de seu alunado, passará então a ter liberdade de criação e direcionamento de sua prática embasada em uma teoria viva (Zanata, 2004, p.9).

Não é fácil o professor prestar o atendimento educacional especializado, pois é um atendimento que engloba as parcerias envolvendo o professor da classe comum, o professor do AEE, a família do aluno e os profissionais da saúde.

A inclusão escolar implica, efetivamente, um aprimoramento constante dos professores, com a apresentação de instrumentos e referenciais que evoluam e desenvolvam as práticas pedagógicas aplicadas por ele [...] seja através de palestras abrangentes ou treinamentos específicos (Terra e Gomes, 2013, p.117).

Na Resolução nº. 4 de 2009, fica expresso que o lugar destinado ao AEE deverá ser, primeiramente, a sala de recursos multifuncionais:

## O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

---

Art. 5º. O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola do ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos [...] (MEC, 2009a).

O atendimento é na sala de recursos multifuncionais, havendo dois tipos de sala com mobiliários, equipamentos e materiais disponibilizados, pensando especificamente na deficiência do aluno que receberá o atendimento, sendo que uma sala é destinada a todas as deficiências, a Sala tipo I, e a Sala Tipo II, além de todos os materiais do Tipo I, dispõe de recursos para a deficiência visual, conforme especificado nos Quadro 1 e 2.

### Quadro 1. Especificação dos itens da Sala Tipo I

<b>Equipamentos Materiais Didático/Pedagógico</b>	
02	Microcomputadores
01	Material Dourado
01	Laptop
01	Esquema Corporal
01	Estabilizador
01	Bandinha Rítmica
01	Scanner
01	Memória de Numerais I
01	Impressora a Laser
01	Tapete Alfabético Encaixado
01	Teclado com Colmeia
01	Software Comunicação Alternativa
01	Acionador de Pressão
01	Sacolão Criativo Monta Tudo
01	Mouse com Entrada para Acionador
01	Quebra-Cabeça - sequência lógica
01	Lupa Eletrônica
01	Dominó de Associação de Ideias
<b>Mobiliários</b>	01 Dominó de Frases
01	Mesa Redonda
01	Dominó de Animais em Libras
04	Cadeiras
01	Dominó de Frutas em Libras
01	Mesa para Impressora
01	Dominó Tátil
01	Armário
01	Alfabeto Braille
01	Quadro Branco
01	Kit de Lupas Manuais
02	Mesas para Computador
01	Plano Inclinado – suporte para leitura
02	Cadeiras
01	Memória Tátil

Fonte: MEC (2010b, p.11).

**Quadro 2.** Especificação dos itens da Sala Tipo II

<b>Equipamentos e Matérias Didático/Pedagógico</b>
01 Impressora Braille – pequeno porte
01 Máquina de Datilografia Braille
01 Reglete de Mesa
01 Punção
01 Soroban
01 Guia de Assinatura
01 Kit de Desenho Geométrico
01 Calculadora Sonora

Fonte: MEC (2010b, p.12).

A partir dos quadros apresentados acima, disponíveis no “Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais”, espera-se que as escolas possuam minimamente esses itens para a realização do AEE.

São exemplos de atividades realizadas no atendimento educacional especializado: ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), BRAILLE, utilização de recursos de tecnologia assistiva (TA), como a comunicação alternativa, acessibilidade ao computador, material pedagógico acessível, entre outras.

Referente ao gerenciamento do AEE, o governo elaborou várias notas técnicas com o objetivo de orientar e esclarecer aspectos importantes. A nota técnica nº.11/2010 orienta a oferta obrigatória do AEE em salas de recursos multifuncionais (SRM) nas escolas comuns. Essa nota traz as competências da escola para oferta do AEE:

- a) Contemplar, no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, a oferta do atendimento educacional especializado, com professor para o AEE, recursos e equipamentos específicos e condições de acessibilidade;
- b) Construir o PPP considerando a flexibilidade da organização do AEE, realizado individualmente ou em pequenos grupos, conforme o Plano de AEE de cada aluno;
- c) Matricular, no AEE realizado em sala de recursos multifuncionais, os alunos público-alvo da educação especial matriculados em classes comuns da própria escola e os alunos de outra(s) escola(s) de ensino regular, conforme demanda da rede de ensino;

## O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

---

- d) Registrar, no Censo Escolar MEC/INEP, a matrícula de alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns; e as matrículas no AEE realizado na sala de recursos multifuncionais da escola;
- e) Efetivar a articulação pedagógica entre os professores que atuam na sala de recursos multifuncionais e os professores das salas de aula comuns, a fim de promover as condições de participação e aprendizagem dos alunos;
- f) Estabelecer redes de apoio e colaboração com as demais escolas da rede, as instituições de educação superior, os centros de AEE e outros, para promover a formação dos professores, o acesso a serviços e recursos de acessibilidade, a inclusão profissional dos alunos, a produção de materiais didáticos acessíveis e o desenvolvimento de estratégias pedagógicas;
- g) Promover a participação dos alunos nas ações intersetoriais articuladas junto aos demais serviços públicos de saúde, assistência social, trabalho, direitos humanos, entre outros (MEC, 2010c).

Pode-se observar a condição de flexibilidade do atendimento, também a de articulação e o entendimento entre profissionais da educação e da saúde. A nota técnica também abrange as atribuições do professor do AEE:

1. Elaborar, executar e avaliar o Plano de AEE do aluno, contemplando: a identificação das habilidades e necessidades educacionais específicas dos alunos; a definição e a organização das estratégias, serviços e recursos pedagógicos e de acessibilidade; o tipo de atendimento conforme as necessidades educacionais específicas dos alunos; o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos;
2. Programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no AEE, na sala de aula comum e nos demais ambientes da escola;
3. Produzir materiais didáticos e pedagógicos acessíveis, considerando as necessidades educacionais específicas dos alunos e os desafios que estes vivenciam no ensino comum, a partir dos objetivos e das atividades propostas no currículo;
4. Estabelecer a articulação com os professores da sala de aula comum e com demais profissionais da escola, visando à disponibilização dos serviços e recursos e o desenvolvimento de atividades para a participação e aprendizagem dos alunos nas atividades escolares; bem como as parcerias com as áreas intersetoriais;
5. Orientar os demais professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades, promovendo sua autonomia e participação;
6. Desenvolver atividades próprias do AEE, de acordo com as necessidades educacionais específicas dos alunos: ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras para alunos com surdez; ensino da Língua Portuguesa escrita para alunos com surdez; ensino da Comunicação

## O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

---

Aumentativa e Alternativa – CAA; ensino do sistema Braille, do uso do soroban e das técnicas para a orientação e mobilidade para alunos cegos; ensino da informática acessível e do uso dos recursos de Tecnologia Assistiva – TA; ensino de atividades de vida autônoma e social; orientação de atividades de enriquecimento curricular para as altas habilidades/superdotação; e promoção de atividades para o desenvolvimento das funções mentais superiores (MEC, 2010c).

A nota técnica nº. 62/2011 orienta os sistemas de ensino em relação ao Decreto nº.7.611/2011, nos seguintes aspectos: a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; a Educação Especial como modalidade não substitutiva à escolarização ofertada, preferencialmente, na rede regular de ensino; o financiamento público às instituições privadas filantrópicas de Educação Especial e o duplo financiamento pelo Fundo Nacional da Educação Básica - FUNDEB; o Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – 2011/2014 e a construção da Educação Inclusiva nos sistemas de ensino: implantação de Salas de Recursos Multifuncionais; Escola Acessível; BPC na Escola; formação inicial de professores e de tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e inclusão da acessibilidade na educação superior à ação Transporte Escolar Acessível; a formação profissional das pessoas com deficiência, por meio do PRONATEC, e a criação de cargos de professores e técnicos para o ensino e tradução/interpretação da Libras nas Instituições Federais de Educação Superior; a organização da educação bilíngue nas escolas da rede pública de ensino: inserção das disciplinas de LIBRAS nos cursos de pedagogia e fonoaudiologia, o Exame Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e Ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Português/Libras – PROLIBRAS (MEC, 2011).

A nota técnica nº. 55/2013 orienta os centros de AEE numa perspectiva inclusiva, abordando: fundamentos legais, políticos e pedagógicos; acesso ao sistema educacional na rede regular, sendo a educação especial uma modalidade transversal; como o atendimento deverá acontecer: prioritariamente nas SRM, não é substitutivo à escolarização e realizado em parceria com o professor do ensino regular; o financiamento em redes públicas de ensino: dupla matrícula; os convênios entre a educação e centros vinculados a instituições filantrópicas; a organização dos centros de AEE: elaboração do AEE, matrícula do aluno em classe comum que não tenha o

atendimento em SRM e registro no censo escolar; atribuição do professor AEE (MEC, 2013b).

A nota técnica nº. 4/2014 orienta quanto aos documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no censo escolar.

Neste liame não se pode considerar imprescindível a apresentação de laudo médico (diagnóstico clínico) por parte do aluno com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação, uma vez que o AEE caracteriza-se por atendimento pedagógico e não clínico. Durante o estudo de caso, primeira etapa da elaboração do Plano de AEE, se for necessário, o professor do AEE, poderá articular-se com profissionais da área da saúde, tornando-se o laudo médico, neste caso, um documento anexo ao Plano de AEE. Por isso, não se trata de documento obrigatório, mas, complementar, quando a escola julgar necessário. O importante é que o direito das pessoas com deficiência à educação não poderá ser cerceado pela exigência de laudo médico (MEC, 2014, p.3).

A falta de obrigatoriedade do laudo médico facilita o AEE na Educação Infantil, pois é difícil o diagnóstico em crianças bem pequenas, e isso poderia atrasar o atendimento a elas.

### **2.3. O Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil**

A educação especial se estabeleceu tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes concepções, terminologias e modalidades que levaram à criação de um atendimento específico de acordo com a necessidade do portador de necessidades especiais.

No que tange à estrutura organizacional do AEE na EI, o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) (MEC, 2008) prevê que o AEE, na Educação Infantil, ofereça serviços de estimulação precoce, além de definir o atendimento como algo para “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (MEC, 2008, p.10).

Infelizmente, existem lacunas dentro da própria legislação, em relação a sua organização e funcionamento, devido a diversos contextos encontrados diariamente, como, por exemplo, muitas das escolas de Educação Infantil não possuem as Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), sendo que o atendimento é pela itinerância, de acordo com a proposta de 2006:

Na educação infantil, os serviços de apoio pedagógico especializado poderão ser desenvolvidos por professor itinerante especializado em educação especial e infantil, que participará da observação e do acompanhamento do processo de desenvolvimento e aprendizagem nas atividades escolares, avaliará e ajudará a elaborar objetivos, a delinear os conteúdos, as estratégias e procedimentos relativos à dinâmica da sala de aula e de toda a rotina escolar. Inclui-se, nessa forma de apoio pedagógico especializado, o professor intérprete das linguagens e códigos necessários à aprendizagem, à comunicação e locomoção (Alves, 2006, p.31).

Os autores Oliveira e Padilha (2013) mostram que o material preparado pelo MEC para implementação do programa do AEE exemplifica de forma generalizada os sujeitos, os exemplos e ilustrações. O material refere-se, predominantemente, ao ensino fundamental, não abordando de forma específica a Educação Infantil e o ensino superior, com exceção do texto sobre deficiência física, no qual há orientações para as crianças de 0 a 3 anos. A Educação Infantil, especificamente na faixa etária de 0 a 3 anos, está intimamente ligada à estimulação precoce. Para Almeida:

[...] a estimulação precoce é uma intervenção nos quatro primeiros anos de vida, dirigida a favorecer o desenvolvimento [...] das capacidades físicas e mentais da criança. Consiste em oferecer os estímulos necessários, no momento exato em que quantidade adequada para facilitar o desenvolvimento da criança através do esquema de evolução considerada normal para ela (Almeida, Paines e Almeida, 2008, p.42).

Os referidos autores, na sua escrita, citam que “a estimulação precoce tem sido proposta quando há probabilidade de comprometimentos no desenvolvimento sensorial, motor, socioafetivo e cognitivo do bebê ou da criança pequena” (Oliveira e Padilha, 2013, p.16).

A abordagem do atendimento educacional especializado na educação da criança de zero a três anos coloca em foco um quadro complexo, que ultrapassa os limites da educação especial, demandando uma atenção às condições de cuidado e de educação de todas as crianças dessa faixa etária matriculadas na educação infantil. As condições de atendimento aos bebês e crianças

## O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

---

pequenas são complexas: insuficiência de vagas, creches com instalações físicas precárias, profissionais em número insuficiente para atender à demanda e sem qualificação para atuar com essas crianças, sobretudo aquelas com comprometimentos no desenvolvimento, ausência de uma prática educativa em que o cuidado e a educação se articulem de maneira indissociável (Oliveira e Padilha, 2013, pp.49-50).

Os Saberes e Práticas da Inclusão da Educação Infantil (MEC, 2006) reforçam a importância da intervenção precoce com o intuito do desenvolvimento integral da criança de 0 a 3 anos nos aspectos físicos, cognitivos, culturais e sociais, além de promover o suporte à família cujo principal objetivo é a inclusão.

É notória a necessidade da parceria entre saúde e educação, cuja finalidade é a promoção do desenvolvimento global da criança. As educadoras Soejima (2008) e Bolsanello (2009) ressaltam fortemente que nas décadas de 60 e 70 os programas de estimulação precoce eram voltados à faixa etária de 0 a 3 anos, focada na deficiência da criança.

Elas reforçam que o objetivo da Atenção Precoce AP é responder às necessidades, sejam elas transitórias, sejam permanentes, no desenvolvimento das crianças, promovendo a integração no ambiente familiar, escolar e social. Assim, os principais âmbitos da AP são serviços de saúde, educativos e sociais.

Observando que a legislação oferece possibilidade de gerenciamento variado do AEE de acordo com a realidade do município, este estudo investigou como se dá o Atendimento Educacional Especializado nas salas de recursos dos centros municipais de Educação Infantil em Santarém, no Pará.

### **CAPÍTULO 3. ESTUDO EMPÍRICO**

Para os autores Gerhardt e Souza (2009), o conhecimento empírico é caracterizado pelas aprendizagens e pelo acumular de novos conhecimentos ao longo das experiências vividas. Pode-se afirmar que é de grande relevância conhecer o campo de pesquisa onde será realizada a investigação sobre um escolhido assunto, observando a organização das fases para a realização do trabalho.

#### **3.1. Problemática**

Nos Centros de Educação Infantil no município de Santarém, as equipes gestoras, juntamente com o corpo docente, parecem estar despreparadas para o trabalho com as crianças com deficiência, referindo-se à falta de formação e de recursos para orientar e coordenar ações que venham beneficiar os alunos. Correia (2008, p.52) afirma que:

É preciso que todos estejamos preparados para que, dentro da nossa esfera de saber e de influência, possamos prestar os apoios adequados a todos os alunos otimizando as suas oportunidades de aprendizagem.

De acordo com o autor, prestar apoio a todos os alunos é fundamental, mas, para isso, há a necessidade de o professor querer estudar, estando em busca de constante formação para conseguir atender às demandas nas escolas. Diante dessa inquietação, fundamentada também nos autores estudados na revisão da literatura, formulam-se as seguintes questões de investigação.

- Existe atendimento educacional especializado na Educação Infantil no sistema público de ensino?
- Quais as práticas pedagógicas utilizadas no atendimento educacional especializado?
- Qual a contribuição da família nesse processo?

### **3.2. Objetivos**

Para Carvalho (2018), os objetivos são norteadores e apontam para o que o investigador pretende alcançar. Assim, definiram-se os seguintes objetivos para este estudo.

#### **Objetivos Gerais**

Compreender e analisar o processo de inclusão na Educação Infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos docentes. Compreender e analisar o processo de inclusão na Educação Infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos pais.

#### **Objetivos Específicos**

- Analisar o processo de inclusão de alunos da Educação Infantil com necessidades especiais no ensino regular;
- Refletir sobre as práticas pedagógicas nas salas de recursos;
- Compreender a participação e a contribuição da família no processo de ensino e aprendizagem.

### **3.3. Método**

A metodologia são procedimentos, ferramentas e técnicas que buscam respostas para questionamentos. Para Matias-Pereira (2018), esses procedimentos e técnicas constituem o método propriamente dito e está relacionado com a natureza da pesquisa a ser desenvolvida. Segundo o autor, pesquisa é um processo sistemático de investigação, é realizada de maneira planejada e realizada de acordo com as normas metodológicas utilizadas pelo pesquisador.

Para que se pudesse alcançar os objetivos desta investigação, decidiu-se realizar uma entrevista, construída com base na literatura (Brasil, 1996; Brasil, 1988; MEC, 1998; Brasil, 1990). Foram contatados os participantes que se voluntariaram para participar do estudo. Procedeu-se a entrevista aos professores, aos coordenadores do

Centro de Educação Infantil de Santarenzinho e Rosilda Campos, e aos pais das crianças com necessidades especiais, de forma que permitisse compreender e analisar o processo de inclusão na Educação Infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos docentes e dos pais.

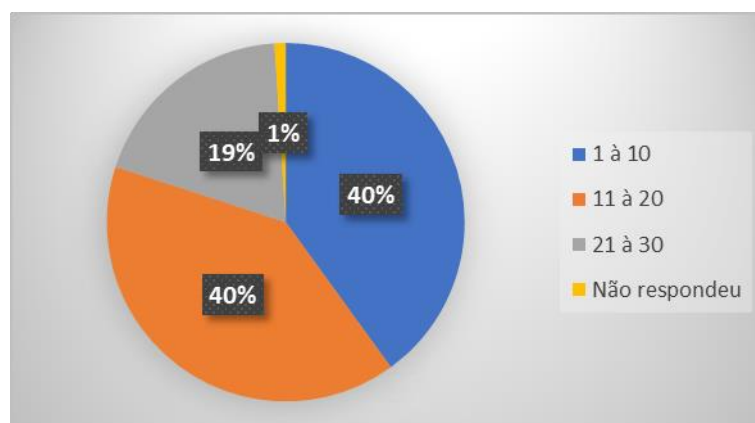
### 3.4. Participantes no Estudo

Este estudo teve 16 participantes, entre professores e pais, sendo 6 docentes, todos com experiência de atendimento a crianças com NEE (2 professores de Educação Especial e 4 professores das classes comuns), 2 coordenadores de Centros Municipais de Educação Infantil e 8 pais de crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

Para que se pudesse caracterizar os participantes professores, considerou-se, inicialmente, as informações relacionadas com os dados pessoais, tais como: idade, grau de formação e tempo de atuação no magistério. Ressalta-se que estes dados compõem a parte inicial do instrumento utilizado para a colheita de dados.

Assim, verifica-se em relação ao tempo de serviço o constante no gráfico seguinte:

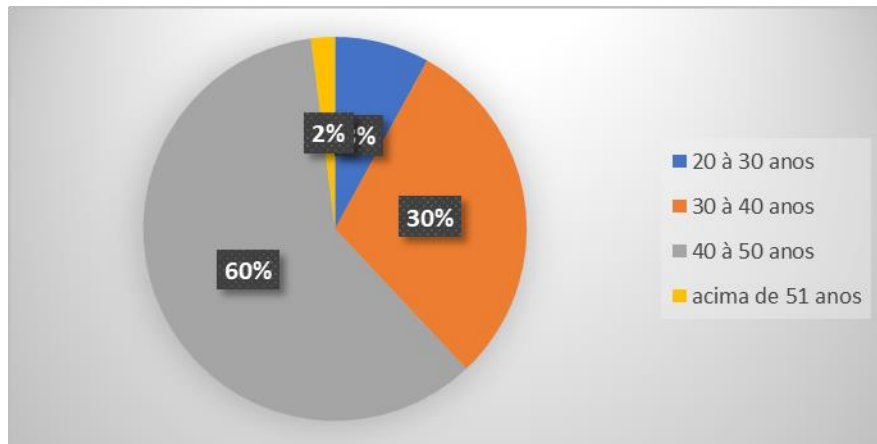
**Gráfico 1.** Tempo de serviço



Conforme se observa no Gráfico 1, 40% dos professores têm de 1 a 10 anos de tempo de serviço, outros 40% têm de 11 a 20 anos, 19% dos docentes têm de 21 a 30 anos atuando em sala de aula e 1% não respondeu.

No gráfico seguinte, demonstra-se a idade dos participantes.

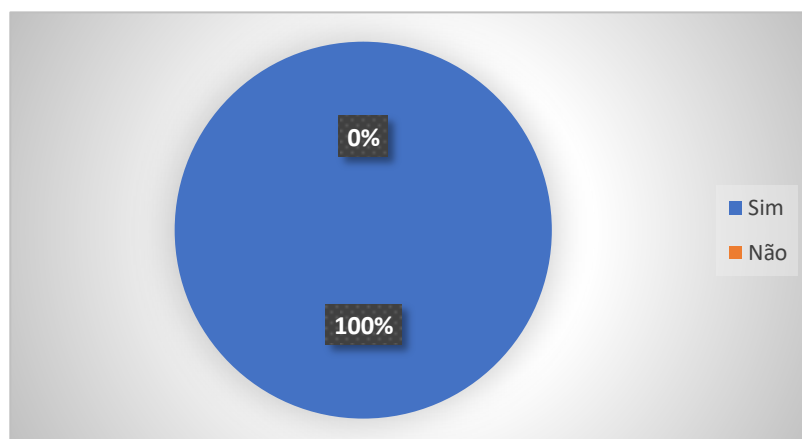
**Gráfico 2.** Idade



Quanto à idade dos professores, observa-se no Gráfico 2 que 60% estão entre a faixa etária de 40 a 50 anos, 30% têm entre 30 e 40 anos, 8%, 20 a 30 anos, e a minoria com percentual de 2% estão acima de 51 anos.

Já em relação à experiência com alunos com incapacidades, verifica-se o seguinte:

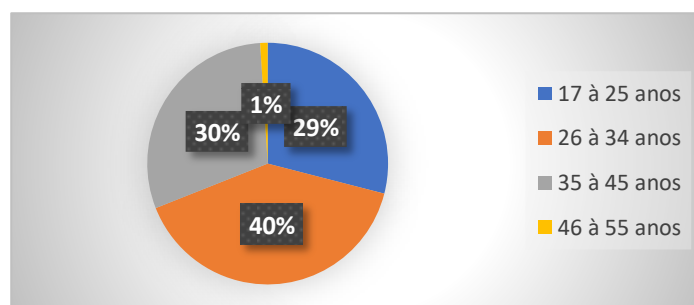
**Gráfico 3.** Neste percurso, tem tido a oportunidade de trabalhar com crianças que apresentem algum tipo de incapacidade?



No Gráfico 3, todos os professores entrevistados responderam positivamente quanto a terem tido a oportunidade de trabalhar com crianças com necessidades especiais.

No que diz respeito à caracterização dos participantes pais em relação à idade apurou-se o seguinte:

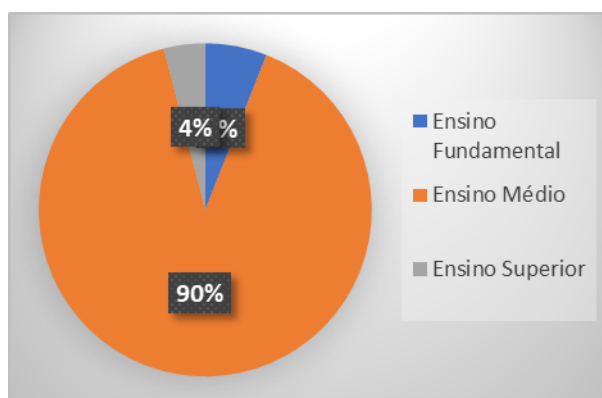
**Gráfico 4.** Idade dos pais



No Gráfico 4, observa-se que 40% dos pais entrevistados estão dentro da faixa etária de 26 a 34 anos, 29% estão entre 17 e 25 anos, 30% têm de 35 a 45, e 1% teve seu filho a partir dos 46 anos, acreditando estar entrando na menopausa, quando descobriu a gravidez, para ela, tardia.

No que se refere ao nível de escolaridade, verifica-se a constante do gráfico seguinte:

**Gráfico 5.** Grau de estudos



Quanto ao grau de instrução, a maioria dos pais no total de 90% possui o ensino médio completo, 6% estão apenas com o ensino fundamental, alegando a falta de condições financeiras, que os levaram a trabalhar e não deixaram dar continuidade aos estudos, e 4% têm o ensino superior.

### **3.5. Instrumentos e Procedimentos**

Neste capítulo, serão apresentados os instrumentos de pesquisa e os procedimentos separadamente, para que o leitor possa compreender o desenvolvimento deste estudo.

#### **3.5.1. Instrumento**

Para que o estudo fosse detalhado, optou-se pela aplicação de uma entrevista, instrumento este que, normalmente, é construído com número reduzido de perguntas e cujas respostas restringem-se aos interesses do pesquisador. Segundo Matias-Pereira (2018), é um instrumento prático que deve ser preenchido por escrito pela pessoa inquirida e sem a presença do investigador, a fim de se evitar a influência deste nas respostas. É um instrumento que permite maior alcance no número de pessoas, ainda que geograficamente longe uma das outras. Ele foi construído com uma linguagem simples e objetiva, pois, segundo Gerhardt e Souza (2009), para que haja compreensão por parte do inquirido ao responder as perguntas da entrevista, é preciso que se utilize da linguagem simples e direta.

Tal como já referido, a entrevista foi construída com base na literatura (Brasil, 1996; Brasil, 1988; MEC, 1998; Brasil, 1990).

Foram aplicados 2 pré-testes, um para os professores, outro para os pais, que não participariam no estudo. O objetivo dos pré-testes era avaliar se o instrumento era bem entendido para, posteriormente, se aplicar aos participantes. Na opinião de todos os que aceitaram responder, a entrevista foi muito bem avaliada, destacando-se atenção especial para a ordem dos assuntos propostos para a aplicação do instrumento, tendo-se mantido, então, a versão apresentada como versão final.

O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

---

A entrevista 1 (anexo 1), que servirá para a coleta de dados aos professores. É constituída por quatro partes, e a entrevista 2, é constituída por três partes a serem compreendidas, conforme a estrutura que se mostra nos quadros abaixo:

**Quadro 3.** Estrutura da Entrevista para os professores e coordenadores

Partes	Descrição	Itens
I- Dados Pessoais e Profissionais	Idade, tempo de atuação no magistério;	01, 02, 03;
II- Estratégias Metodológicas para a Educação Inclusiva	Levantamento de informações acerca das estratégias metodológicas utilizadas para o ensino inclusivo;	04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13;
III- Percepção dos professores sobre a inclusão de alunos com NEE	Levantamento de dados acerca das percepções dos professores sobre a inclusão de alunos com NEE;	14, 15, 16, 17;
IV- Atitudes dos professores face à inclusão de alunos com NEE	Levantamento de dados acerca das atitudes dos professores relativamente à inclusão de alunos com NEE;	18, 19, 20, 21

**Quadro 4.** Estrutura da Entrevista para os pais

Partes	Descrição	Itens
I- Dados Pessoais e profissionais	Idade, grau de formação, categoria profissional;	01, 02, 03;
II- Dificuldade face à inclusão de alunos com NEE	Levantamento de informações acerca das dificuldades enfrentadas com relação à inclusão de alunos com deficiência;	04, 05, 06, 07;
III- Estratégias para aproximar as famílias da escola	Levantamento de informações para aproximar as famílias da escola.	08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15

### 3.5.2. Procedimentos

Este estudo foi aprovado pela Plataforma Brasil (anexo 3). É de grande importância manter a ética numa investigação na qual pessoas estão envolvidas. Seguindo com Gerhardt e Souza (2009, p.67), os procedimentos indicam as etapas realizadas durante o processo de pesquisa. Partindo disso, procurou-se seguir, cuidadosamente, cada fase para o desenvolvimento deste estudo, desde a abordagem aos coordenadores dos centros de Educação Infantil Santarenzinho e Rosilda Campos, para que se pudesse obter as autorizações para a entrevista.

Os seguintes procedimentos para a realização deste estudo: 1) solicitação de autorização e apresentação da entrevista, realizada de maneira pessoal aos coordenadores das unidades infantis citadas; logo após a conclusão do item (1) e, com as autorizações em mãos (anexo 4), passou-se para o item (2) desta descrição, aplicação da entrevista aos professores presencialmente, por meio da entrevista. No caso das autorizações solicitadas aos diretores de escola, solicitou-se dos professores participantes o preenchimento do termo de aceite, visto que estes deveriam comprovar a sua participação na pesquisa, caso o instrumento lhes fosse apresentado na forma física, pelos diretores de escola ou pelos coordenadores pedagógicos das respectivas unidades escolares. Anexa-se apenas o modelo utilizado para o pedido de consentimento informado para não identificar os participantes (anexo 5).

A entrevista, instrumento primordial deste trabalho, apresenta o objetivo central da pesquisa e as instruções dadas para o seu preenchimento. Foi realizada uma série ordenada de perguntas, relacionadas aos objetivos da pesquisa. De acordo com Matias-Pereira (2018), a entrevista proposta deve estar acompanhado de instruções claras, de forma a possibilitar a compreensão do participante.

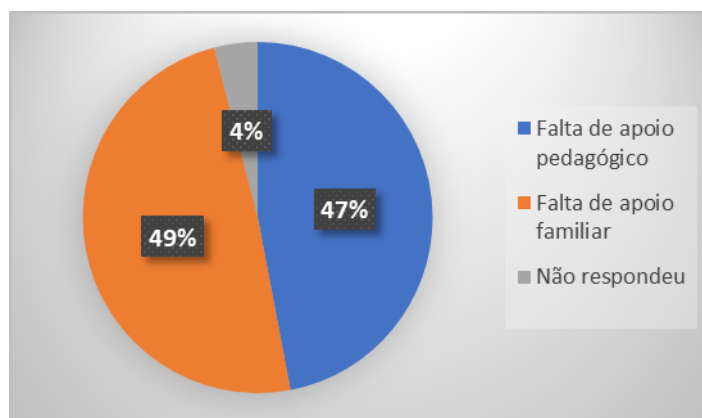
## CAPÍTULO 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os dados obtidos são apresentados abaixo, levando-se em conta o fato de que as informações recolhidas devem estar relacionadas aos objetivos deste estudo. Para mais fácil compreensão, apresenta-se os dados relacionados com os objetivos específicos definidos, ao mesmo tempo em que se discute os resultados deste estudo com o de outros autores.

Assim, para o 1º objetivo específico – Analisar o processo de inclusão de alunos da Educação Infantil com necessidades especiais no ensino regular – obteve-se os seguintes resultados.

No que se refere às dificuldades sentidas para trabalhar com crianças especiais, obteve-se os resultados constantes no gráfico seguinte:

**Gráfico 6.** Dificuldades em trabalhar com crianças especiais



Quanto às dificuldades encontradas ao trabalhar com crianças especiais, 49% dos professores disseram que falta apoio pedagógico (ex.: “*Dificuldades falta apoio pedagógico*”, Q1), 47% encontraram dificuldade no apoio familiar, pois a própria família deixa as crianças nas unidades educacionais sob a responsabilidade do professor, para que este realize o trabalho com seus filhos, e 4% não responderam a essa questão.

Referente ao apoio familiar, Souza (2009, p.8) diz que “é importante que a família esteja engajada no processo ensino-aprendizagem”. Isto tende a favorecer o

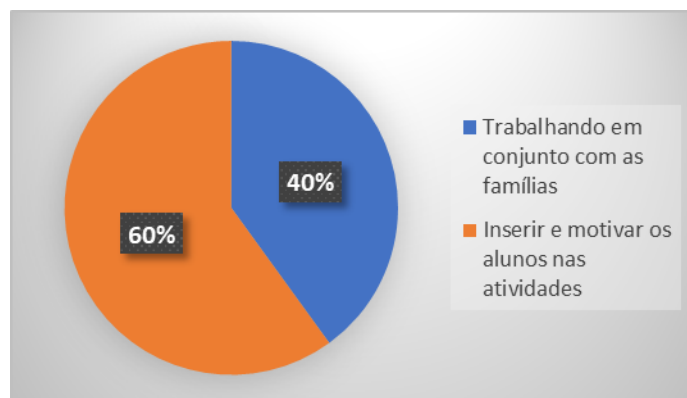
desempenho escolar, visto que o convívio da criança com a família é muito maior do que o convívio com a escola, sem contar que a família presencia a maioria dos eventos ocorridos na vida da criança, tendo autonomia de intervenção e orientação.

É indispensável à participação da família na vida escolar dos filhos, pois crianças que percebem que seus pais e/ou responsáveis estão acompanhando de perto tudo o que está acontecendo, que estão verificando o rendimento escolar – perguntando como foram as aulas, questionando as tarefas etc. – tendem a se sentir mais segura e, em consequência dessas atitudes por parte da família, apresentam melhor desempenho nas atividades escolares (Souza, 2009, p.15).

A harmonia entre família e escola é tão necessária devido à importância que essas duas instituições têm na formação do indivíduo.

No gráfico seguinte, verifica-se as respostas dos participantes à possibilidade do docente poder auxiliar o processo de inclusão:

**Gráfico 7.** Como o docente pode auxiliar no processo de inclusão



Observa-se no Gráfico 7 que 60% dos participantes responderam “Inserir e motivar os alunos” (ex.: “os docentes acreditam que podem auxiliar no processo de inclusão, trabalhando em conjunto com as famílias”, Q2). Já 40% responderam “Trabalhando em conjunto com as famílias” (ex.: “disseram que incentivando e motivando os alunos nas atividades, eles conseguem esse auxílio”).

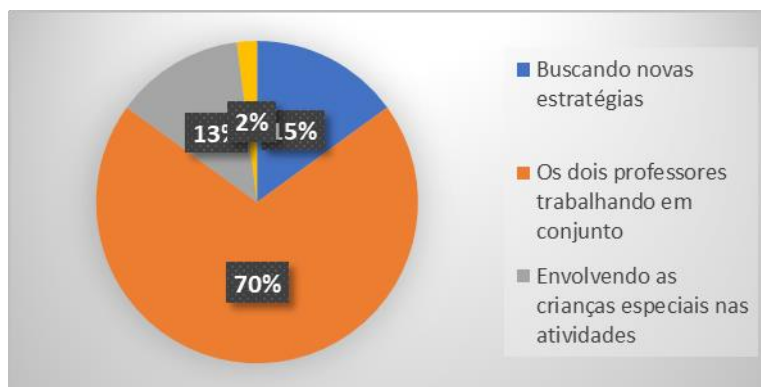
É sabido que o professor é o facilitador que deverá, por sua vez, promover um ensino igualitário e sem desigualdade, auxiliando, assim, no processo de inclusão, e

quando se fala em inclusão, não é somente referente às pessoas com incapacidades, mas a todos, sem exceção. Com isso, a diversidade se destaca por sua singularidade, formando cidadãos para a sociedade. Tal como os resultados que se obteve, também o estudo de Mantoan (1997) afirma que:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (Mantoan, 1997, p.120).

No gráfico seguinte, mostra-se a opinião dos professores sobre a relação entre a escola regular e a inclusão.

**Gráfico 8.** Opinião dos entrevistados sobre como o ensino regular deve se adaptar à educação inclusiva



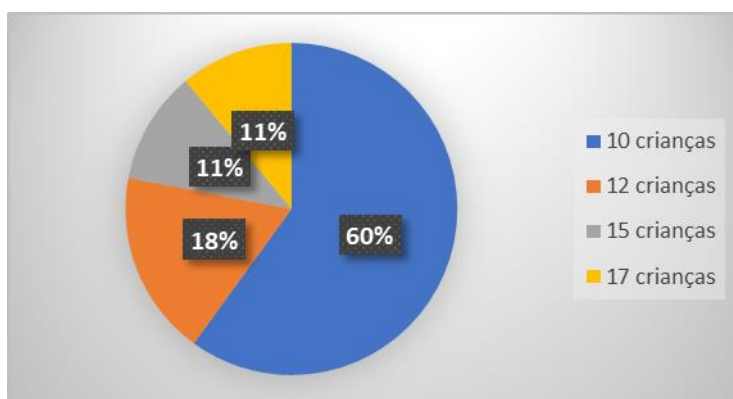
Diante disso, 70% dos entrevistados acreditam que, trabalhando em conjunto, professor do ensino regular e do AEE, consegue-se adaptar a Educação Inclusiva ao ensino regular (ex.: “*Trabalho em conjunto*”, Q3), 15 % (ex.: “*Buscando novas estratégias*”) acreditam que, buscando novas estratégias, consegue-se atingir esse objetivo, 13% (ex.: “*Envolvendo as crianças nas atividades*”) disseram que, envolvendo as crianças com NEE, também se consegue, e 2% (ex.: “*outras sugestões*”) disseram “outros”.

Tal como os participantes neste estudo, também Jacomeli (s.d.) ressalta que Escola Inclusiva é aquela que implica a igualdade para todos e, nesta concepção, a

escola precisa do desafio de rever alguns aspectos, que vão desde a área administrativa até a pedagógica, na ideia de que as Unidades Escolares de Ensino Regular possam garantir as vagas e matricular todos os alunos, e que ela possa estar organizada para o atendimento igualitário de todos os alunos com Necessidades Educacionais Especiais, garantido condições imprescindíveis para a aprendizagem e a permanência dos alunos na escola.

Quando questionados sobre o número de alunos por turma, verificou-se os resultados constantes no gráfico seguinte:

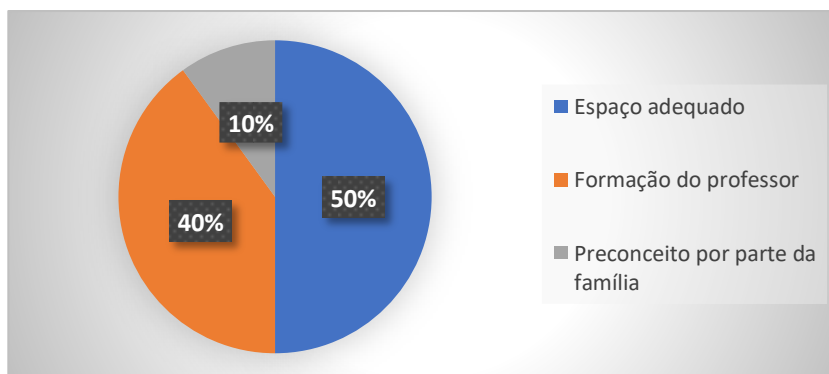
**Gráfico 9.** Número de alunos da Educação Infantil na classe comum, onde estejam incluídas crianças com necessidades especiais



Referente ao total de crianças matriculadas na classe comum, em que estudem crianças com necessidades especiais, a maioria, 60% dos professores, concorda que sejam turmas com apenas 10 crianças (ex.: “*A quantidade menor de crianças*”, Q4), 18% dizem que devem ser com 12 crianças, (ex.: “*A quantidade de 12 crianças por turma*”), 11% responderam que devem ter 15 crianças (ex.: “*O número de 15 crianças por turma*”) e 11% relataram que devem ter 17 crianças (ex.: “*A quantidade de 17 crianças por turma*”).

No gráfico seguinte, os inquiridos manifestaram-se sobre os principais desafios no processo de inclusão.

**Gráfico 10.** Os principais desafios da inclusão dentro da escola



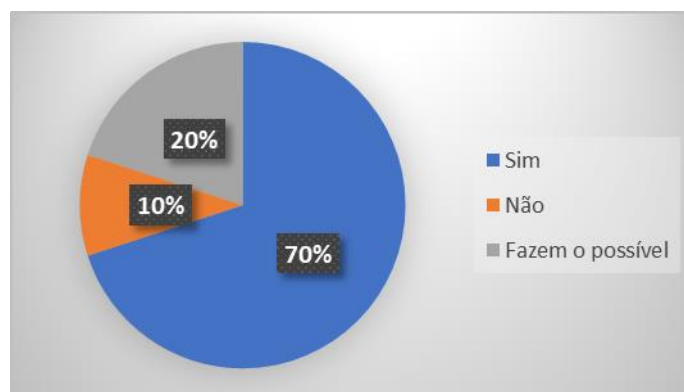
Destaca-se no Gráfico 10 que 50% dos professores afirmaram que o espaço adequado é um dos principais desafios de inclusão no âmbito escolar, um dos centros de Educação Infantil funciona em espaço alugado, onde os cômodos são pequenos e inadequados para atender crianças com NEE observando o referido espaço, concordam com tal afirmação (ex.: “*Espaço adequado na escola*”, Q5), 40% disseram que a formação do professor tem sido um constante desafio (ex.: “*Desafios na formação do professor*”) e 10% sentem o preconceito por parte da família (ex.: “*Preconceito familiar*”).

O processo de inclusão caracteriza-se por romper as estruturas socialmente estabelecidas e apresentar encaminhamentos educacionais na contramão da exclusão. A preocupação com a classe especial em ser ou não um espaço inclusivo é uma preocupação corrente entre os educadores. Segundo o artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da educação 9.394/96:

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. § 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. § 2º. O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (Brasil, 1996).

A classe especial é considerada um atendimento especializado e que poderá ocorrer quando não for possível a inclusão do aluno com necessidades educacionais na classe comum. Na atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), o atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. No gráfico seguinte, será visto quanto à valorização dos alunos:

**Gráfico 11.** Todos os alunos são igualmente valorizados?

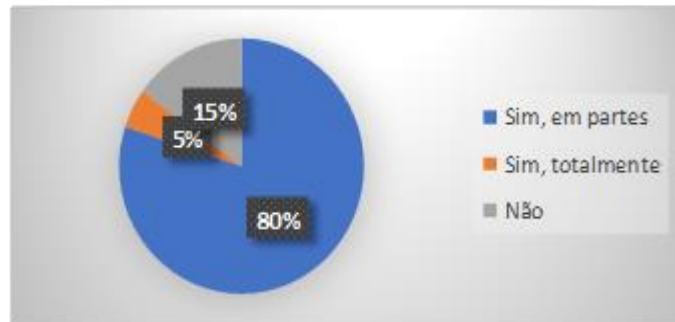


É observado que 70% dos professores afirmam que todos os alunos são igualmente valorizados (ex.: “*Igualmente valorizados*”, Q7), 20% fazem o possível para que sejam valorizados, não dizendo o sim nem o não (ex.: “*Valorizam as crianças*”) e 10% acreditam que as crianças não são valorizadas igualmente aos demais, (ex.: “*Não são valorizadas*”).

Para os autores Borges e Coelho, (s.d.) a única forma de fazer com que a verdadeira inclusão aconteça para esses alunos é incluindo toda a comunidade escolar (pais, professores, técnicos de saúde e de serviço social, etc.) na promoção de uma escola onde esses alunos se sintam pertencentes ao grupo, começando por elaborar a legislação respeitante à educação, através de medidas que vão ao encontro do que se pretende.

Quanto à preparação da equipe docente para receber as crianças com Necessidades Educacionais Especiais:

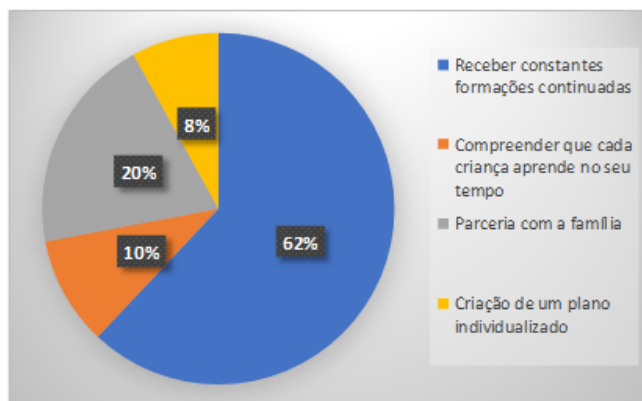
**Gráfico 12.** O corpo docente está preparado para receber crianças com NEE?



80% do corpo docente das escolas entrevistadas disseram estar preparados em partes para receber crianças no NEE, pois necessitam de formação continuada oferecida pelo governo (ex.: “*Estão preparados em partes*”, Q7), 5% disseram estar totalmente preparados (ex.: “*Totalmente preparados*”), enquanto 15% afirmaram não estar preparados no momento (ex.: “*Falta preparação*”). Behrens (1996, p.24) salienta que “na busca da educação continuada é necessário ao profissional que acredita que a educação é um caminho para a transformação social”. É a partir deste momento que o educador compreende que a educação é o caminho para a mudança em sociedade.

A seguir, estão estratégias centrais para fazer um bom trabalho com as crianças com NEE.

**Gráfico 13.** Estratégias centrais para fazer um bom trabalho com crianças com NEE



Quanto às estratégias centrais para realizar um bom trabalho, a minoria dos entrevistados (8%) ressaltou a importância de criar um plano especializado (ex.: “*Plano individualizado*”, Q8), 62% falaram que deveriam receber formação continuada (ex.: “*Formação Continuada*”), 20% disseram que a parceria com a família é uma excelente estratégia (ex.: “*Parceria entre família e escola*”), enquanto 10% disseram, simplesmente, que cada criança aprende no seu tempo (ex.: “*Cada criança aprende no seu tempo*”).

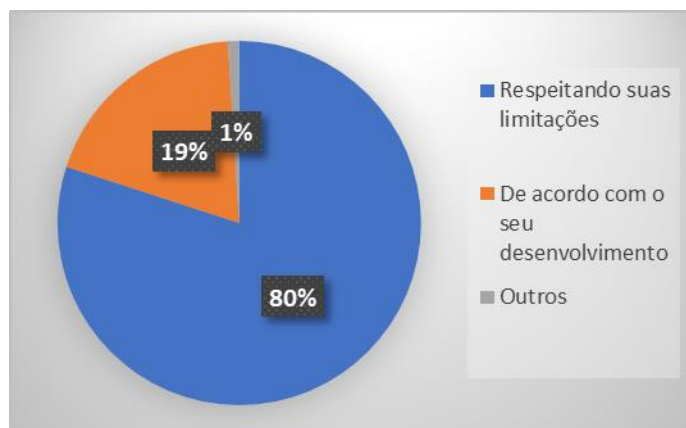
A maioria dos professores falou sobre a constância da formação continuada e, nesse sentido, Libâneo (2004, p.227) destaca que:

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.

Para o segundo objetivo específico – **Refletir sobre as práticas pedagógicas nas salas de recursos** – observa-se os gráficos seguintes.

Na questão de como deve ser pensada a avaliação referente à aprendizagem, está no gráfico a seguir:

**Gráfico 14.** Na opinião do professor, como deve ser pensada a avaliação referente à aprendizagem das crianças com NEE



No Gráfico 14, a maioria dos docentes, no total de 80%, respondeu que, respeitando as limitações da criança, deve ser assim pensada a avaliação com eles (ex.: “*Respeitando as limitações*”, Q9), 19% responderam “a partir do seu desenvolvimento” (ex.: “*De acordo com seu desenvolvimento*”) e 1% respondeu “outros” (ex.: “*outras opções*”).

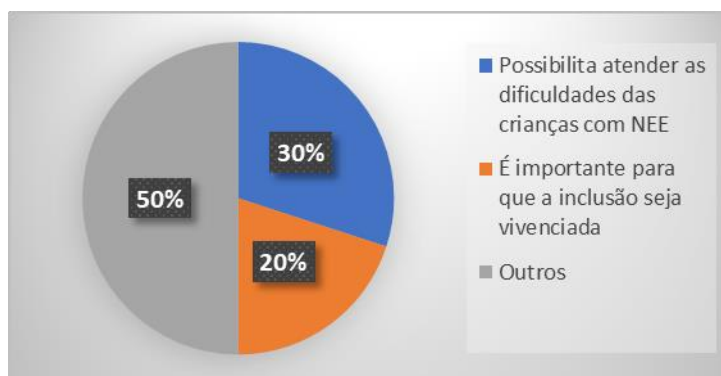
Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei de Nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Art. 29:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I- avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (Brasil, 1996).

Observa-se que, na avaliação da criança com NEE na educação Infantil, é levado em conta o desenvolvimento integral.

No que se refere à importância de adaptar atividades considerando o processo de inclusão, mostra-se no gráfico a seguir:

**Gráfico 15.** A importância do professor saber adaptar uma atividade para sua turma considerando o processo de inclusão



No Gráfico 15, 50% dos entrevistados responderam “outros” sobre a importância da adaptação das atividades (ex.: “*Dificuldade na resposta*”, Q10), enquanto 30% responderam que é de grande importância, pois possibilita atender às crianças com NEE (ex.: “*É importante, para o atendimento de criança com NEE*”). E 20% disseram que é importante, para que a inclusão seja de fato vivenciada (ex.: “*Inclusão Vivenciada*”).

A adaptação curricular é separar do currículo comum os tópicos mais relevantes para um aluno hoje. Segundo a LDB 1996 na Lei Nº 9.394, confira o artigo 59:

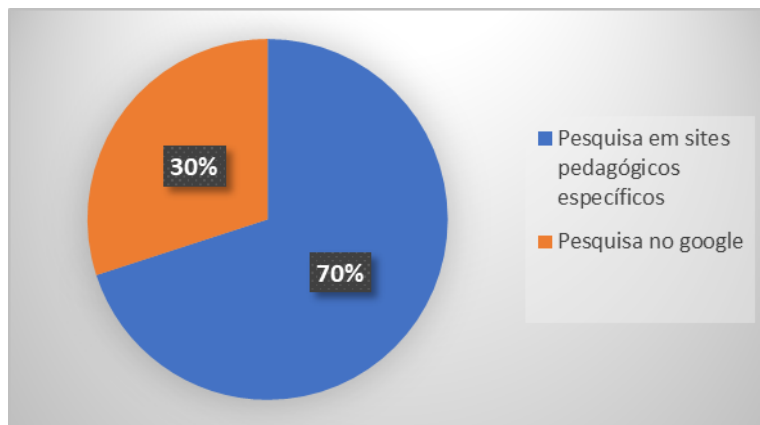
Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades (Brasil, 1996).

Em 2013, foi realizada uma alteração substituindo educandos com necessidades especiais por “educandos com deficiência”:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Entende-se então o currículo específico como currículo adaptado, pois um currículo adaptado deve ser específico para atender a necessidade individual de um aluno (Brasil, 2013a).

Quando perguntado onde os docentes encontram novas ideias para as aulas, incluindo as crianças com NEE, as respostas foram:

**Gráfico 16.** Como você encontra novas ideias para aulas incluindo suas crianças com necessidades educacionais especiais?



Com o avanço tecnológico, foi unânime a pesquisa na internet, 70% dos professores pesquisam em sites específicos, (ex.: “*Sites pedagógicos*”, Q11) e 30% pesquisam no *Google*, (ex.: “*Google*”).

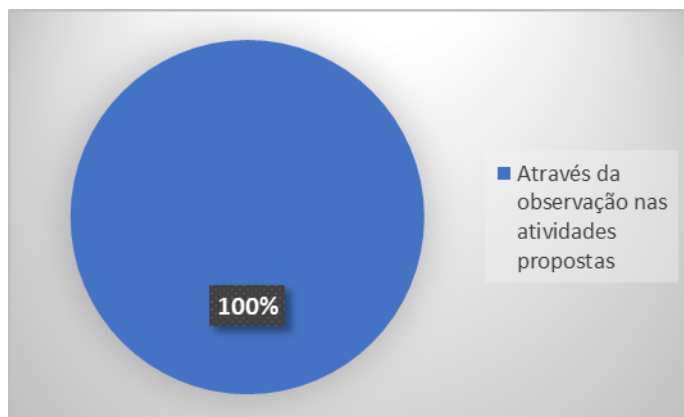
Sabe-se que o uso das novas tecnologias tem seus méritos, o acesso a todas estas ferramentas, conteúdos digitais e os diversos recursos que as novas tecnologias proporcionam ainda se revela uma tarefa desafiadora:

Quanto mais avança a tecnologia, mais se torna importante termos educadores maduros intelectual e emocionalmente, pessoas curiosas, entusiasmadas, abertas, que saibam motivar e dialogar. Pessoas com as quais valha a pena entrar em contato, porque dele saímos enriquecidos (Moran, 2005, p.12).

As novas tecnologias já fazem parte da maioria do cotidiano escolar, inclusive da maioria dos professores. No entanto, isso não significa que o uso esteja sendo feito de forma adequada, a falta de preparo de muitos docentes, principalmente de docentes com idade mais avançada, as dificuldades de atualização e de uma formação continuada para estes, tornam o uso sem grande proveito.

Sobre como os docentes determinam como os alunos aprenderam:

**Gráfico 17.** Como determina se os alunos aprenderam?

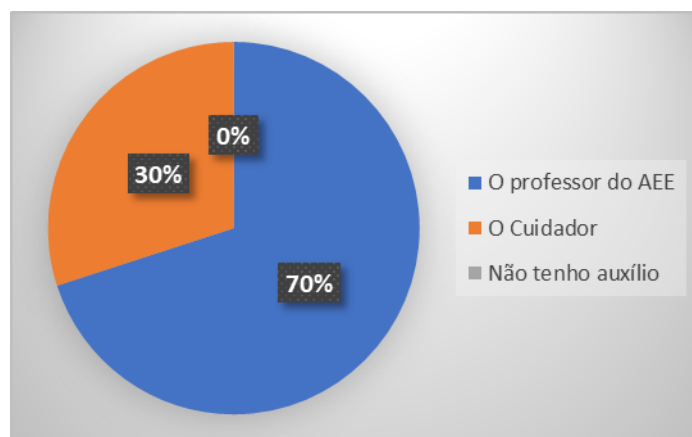


No referido gráfico, 100% dos docentes entrevistados responderam que se determina se os alunos aprenderam através da observação (ex.: “*Observação nas atividades propostas*”, Q12).

Hoffmann (2000) propõe uma concepção de avaliação como mediadora. Com relação à avaliação mediadora, Hoffmann (1996) aponta: “Significa um estado de alerta permanente do professor que acompanha e estuda a história da criança em seu processo de desenvolvimento” (p.28). Esta concepção compreende que a avaliação não deve ser vista como um momento ao final do processo, em que o professor verifica se o aluno atingiu ou não o comportamento esperado ou a capacidade esperada (Hoffmann, 1996). Ela deve ser compreendida como uma parte constante do processo, ou seja, o cotidiano e a dinâmica da sala de aula devem ser observados e postos em questão com relação ao desenvolvimento das capacidades do aluno.

No gráfico a seguir, mostra-se sobre o auxílio no trabalho docente:

**Gráfico 18.** Quem auxilia no trabalho docente?

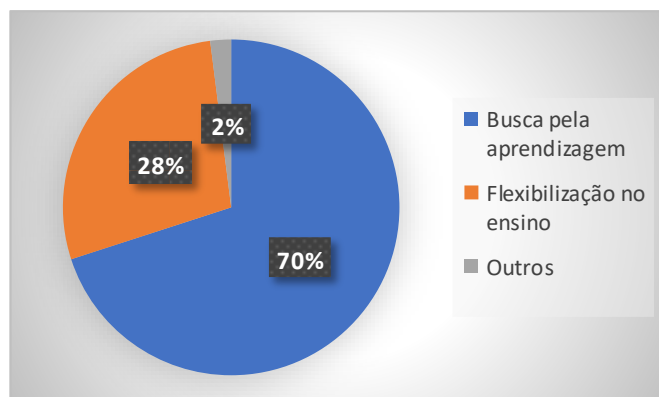


As professoras das classes regulares responderam que 70% do auxílio no trabalho docente vem do professor do AEE (ex.: “*Auxílio do professor do AEE*”, Q13), 30% vêm do cuidador/estagiário (ex.: “*O auxílio vem do estagiário*”). Nas turmas onde são matriculadas as crianças bem pequenas, necessita-se de ajuda para a realização da rotina integral. Esse profissional não ajuda somente com a criança com NEE, mas, também, auxilia com todas as crianças da turma. É de grande importância a parceria entre os professores das classes comuns, como os profissionais da classe especial, para o desenvolvimento do aluno, concordando com Silva:

Ao conhecer as práticas da sala regular a professora do AEE passa a ter maior conhecimento sobre as crianças com que trabalha, da mesma forma que as professoras do ensino comum se apropriam de mais elementos sobre as crianças na medida em que acompanham o desenvolvimento no AEE. (Silva, 2011, p.137).

Quanto aos pontos fortes de ensino, os docentes responderam:

**Gráfico 19.** Os pontos fortes de ensino do professor



Neste gráfico, 70% dos professores afirmam que seu ponto forte de ensino é a busca incessante pela aprendizagem (ex.: “*Busca pela aprendizagem*”, Q14), 28% dizem que são flexíveis quanto ao seu processo de ensino, e fazem isso com base na realidade de cada criança (ex.: “*Flexibilização no ensino*”), e 2% afirmaram outros (ex.: “*parceria com a família, e escuta sensível*”).

Freire (2011) afirma que o professor deve ter clareza de sua prática pedagógica e que isso demanda amplo conhecimento das diferentes dimensões que qualificam a prática; para tanto, é necessário aprender, e aprender é construir, refletir e mudar.

Referente aos conteúdos trabalhados, é mostrado no gráfico a seguir:

**Gráfico 20.** Os conteúdos trabalhados



Diante a entrevista, foi relatado que os Centros de Educação Infantil, onde foi realizada a pesquisa, trabalham 100% alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (ex.: “*Base Nacional Curricular Comum*”, Q15) através de eixos temáticos, a partir da vivência da criança.

O principal objetivo da BNCC é trazer unidade à educação brasileira, reduzindo a fragmentação causada pelas diferentes políticas públicas e garantindo, para além do acesso às escolas, o acesso a uma educação que seja “um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes” (Brasil, 1996), segundo afirma o próprio documento.

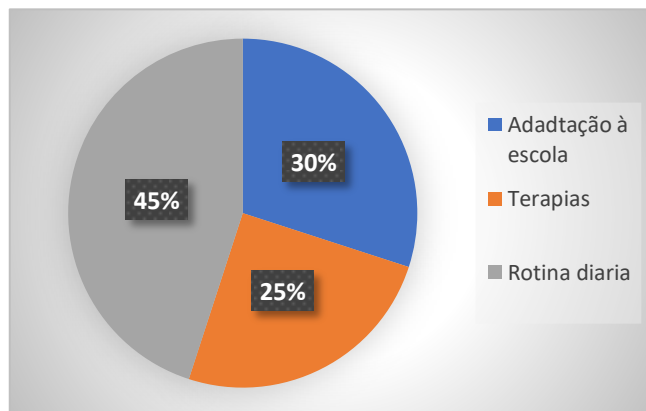
Em função disso, os currículos criados pelas escolas devem ser norteados pelas competências definidas na Base. Nela, as competências são definidas como a mobilização de conhecimentos, habilidades práticas, cognitivas e socioemocionais, atitudes e valores com vistas a resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Apresentam-se agora os resultados obtidos após os participantes pais terem respondido a entrevista.

Para o terceiro objetivo específico, temos: **Compreender a participação e a contribuição da família no processo de ensino e aprendizagem.**

Sobre as maiores dificuldades encontradas diariamente com a criança, observa-se:

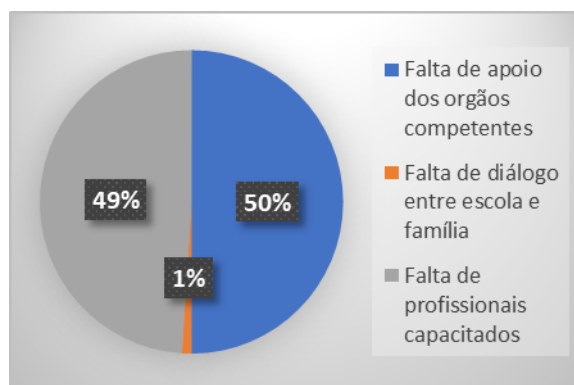
**Gráfico 21.** As maiores dificuldades encontradas no dia a dia com sua criança



Quanto às dificuldades encontradas no dia a dia de uma criança com necessidades especiais, 45% dos pais chegaram à conclusão de que a rotina se torna o maior desafio, pois, para a melhoria da qualidade de vida de seus filhos, precisa ser cumprida de maneira organizada (ex.: “*Desafio da rotina diária*”, Q16), 30% afirmaram que a adaptação à escola não é um processo fácil (ex.: “*Dificuldade na Adaptação escolar*”) e 25% sentem dificuldade relacionada às terapias (ex.: “*Dificuldade nas terapias*”).

Quanto aos desafios encontrados na parceria entre família e escola, pode-se observar no gráfico a seguir que:

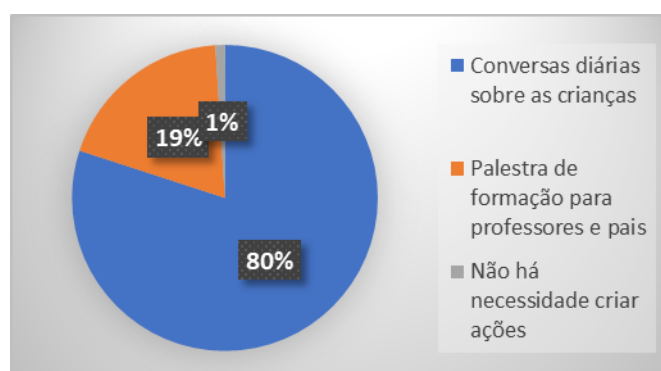
**Gráfico 22.** Os desafios da parceria entre escola e família na Educação Inclusiva



Um dos grandes desafios para que ocorra a Educação Inclusiva é a falta de apoio dos órgãos competentes, a que 50% dos pais responderam (ex.: “*Dificuldades de apoio dos órgãos competentes*”, Q17). Em Santarém, a Secretaria de Educação e Desporto-SEMED é responsável pela educação. 1% respondeu que a falta de diálogo entre escola e família é um grande desafio, (ex.: “*Falta de diálogo entre família e escola*”), 49% falaram sobre a falta de profissionais capacitados, (ex.: “*Falta de profissionais capacitados*”).

No que se refere às ações para aproximar família e escola, demonstra-se a seguir:

**Gráfico 23.** Ações para aproximar escola e família

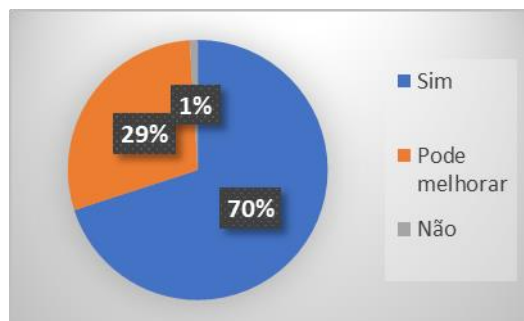


Quanto às ações para aproximar família e escola, 80% dos pais afirmam que as conversas diárias sobre o desenvolvimento da criança são suficientes para que essa aproximação aconteça (ex.: “*Conversas diárias referente à criança*”, Q18), 19% dos pais acreditam que palestras de formação para ambos participarem seriam de grande relevância (ex.: “*Palestras de formações*”), e 1% disse que não há a necessidade de criar ações (ex.: “*Não precisa criar ações*”).

A união entre família e escola gera benefício em relação não só ao processo de ensino e aprendizagem, mas, também, na troca de informações acerca da criança, no desenvolvimento dela na escola e em casa. Ou seja, essa inter-relação possibilita compreender a atuação da criança, tanto em casa, como na escola, suas condutas e as relações que estabelece com os adultos no seio familiar (Andrade, 2003).

Quando perguntado se se sentem satisfeitos com o modelo adaptado para seus filhos, eles responderam:

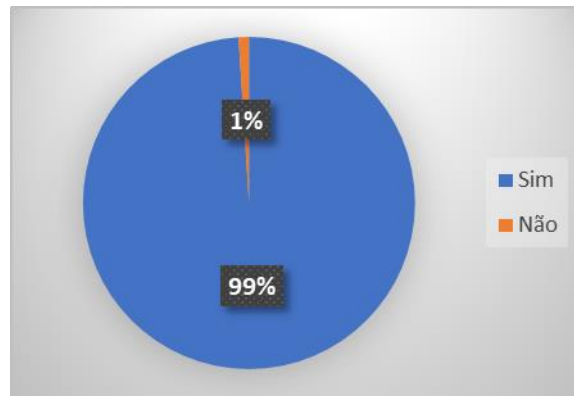
**Gráfico 24.** Sente-se satisfeito com o modelo educativo adaptado para seu filho?



No gráfico acima, 70% dos responsáveis entrevistados responderam estar satisfeitos com o modelo educativo adaptado para seus filhos (ex.: “*Estão satisfeitos com a metodologia realizada*”, Q19), 29% dizem que pode melhorar, enfatizando, inclusive, a falta de preparação de professores qualificados nas salas de aula (ex.: “*Professores Qualificados*”) e 1% respondeu que não está satisfeito (ex.: “*Não está satisfeito com o modelo adaptado para seu filho*”). Segundo Gentile (2001, p.12), “o aprender contínuo é essencial em nossa profissão. Ele deve se concentrar em dois pilares: a própria pessoa do professor, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”, ou seja, a escola é o lugar ideal para efetivação da formação continuada.

Referente a organização das turmas/ grupos que valorizem a diversidade, observa-se que:

**Gráfico 25.** A escola organiza os grupos/ turmas valorizando a diversidade?

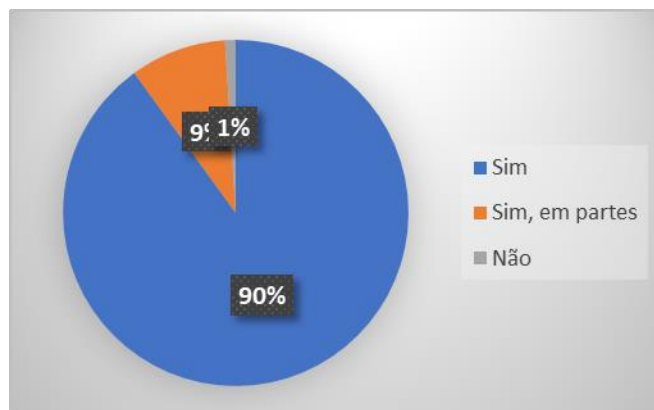


99% dos pais, quando entrevistados, responderam que os centros infantis em que seus filhos estudam organizam as turmas respeitando a diversidade (ex.: “*As turmas são organizadas respeitando a diversidade*”, Q20), 1 % respondeu negativamente (ex.: “*As turmas não são organizadas respeitando a diversidade*”).

Barboza (2006) aponta que no Brasil não há na legislação federal orientações relacionadas à composição de turmas. Cabe aos sistemas públicos municipais e estaduais instituí-las, culminando em organização e orientação dos sistemas educacionais de forma muito geral. As orientações sobre a composição de turmas limitam-se ao número de alunos por turma e aos critérios de alocação de professores, estabelecendo prioridades para diferentes situações funcionais, tempo de magistério, formação acadêmica, entre outros.

No gráfico a seguir, será observado se os pais se sentem informados sobre os direitos das crianças com Necessidades Educacionais Especiais.

**Gráfico 26.** Sente-se devidamente informado sobre os direitos da criança com NEE?



Referente às informações sobre os direitos da criança com NEE, 90% dos pais se sentem bem-informados (ex.: “*Há informação para os pais sobre os direitos das crianças*”, Q21), 9% responderam “sim”, mas, em partes, creem que faltam ser mais bem esclarecidos (ex.: “*Precisam ser melhor esclarecidos quanto aos seus direitos*”), e 1% disse que não (ex.: “*Precisam ser esclarecidos*”).

Já foi abordado que tanto a escola, quanto a família são instituições importantes à socialização e à educação infantil (Grolnick e Slowiaczek, 1994), é compreensível que os comprovados efeitos positivos do envolvimento parental na vida escolar dos filhos incentivem as escolas a solicitarem dos pais uma participação mais efetiva. E os pais, por sua vez, procurarem, de fato, desenvolver o seu papel na vida escolar de seus filhos, assumindo assim sua responsabilidade de educar para a vida.

## CAPÍTULO 5. CONCLUSÕES

O desenvolvimento deste estudo possibilitou conhecer como acontece o Atendimento Educacional Especializado na Educação Infantil, no município de Santarém, Pará. Como princípio orientador do trabalho, definiram-se as seguintes questões de investigação: Existe atendimento educacional especializado na Educação Infantil no sistema público de ensino? Quais as práticas pedagógicas utilizadas no atendimento Educacional Especializado? Qual a contribuição da família nesse processo?

Em relação à primeira questão e durante a realização de todo o trabalho, foi possível acompanhar e reconhecer o empenho das professoras tanto da classe comum, quanto da responsável pelo AEE, em busca de que os atendimentos pudessem ocorrer de forma eficaz. Na maioria das vezes, as professoras se utilizam de recursos próprios para a aquisição de materiais, para sua locomoção e até mesmo para a locomoção de alunos.

Diante a entrevista, foi observado que os Centros de Educação Infantil, onde foi realizada a pesquisa, trabalham 100% alinhados à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), através de eixos temáticos, a partir da vivência da criança.

Pode-se observar que a prática do AEE destinada à Educação Infantil em Santarém tem sido basicamente voltada ao atendimento das crianças. Estes alunos passam a ser “reeducados” ou “apoiados”, em um espaço específico, com um acompanhante específico, que de certa forma os protege e não os expõe aos seus pares e aos demais profissionais da escola.

Parece mais coerente com a perspectiva de inclusão escolar a ideia de que a professora especialista se dirija e atenda às crianças, juntamente com a professora regente, no espaço da sala de aula comum, dividindo e ampliando saberes.

Em relação à segunda questão, observa-se que 70% dos professores entrevistados acreditam que, trabalhando em conjunto, professor do ensino regular e do AEE, conseguem praticar a educação inclusiva, 15% acreditam que, buscando novas

estratégias, consegue-se atingir esse objetivo, 60% dos docentes dizem que podem auxiliar no processo de inclusão, trabalhando em conjunto com as famílias, e 40% disseram que, incentivando e motivando os alunos nas atividades, podem ajudar. Quanto às estratégias centrais para realizar um bom trabalho, a minoria dos entrevistados (8%) ressaltou a importância de criar um plano especializado, 62% falaram que deveriam receber, constantemente, formação continuada. A maioria dos docentes, no total de 80%, respondeu que é necessário respeitar as limitações da criança e referiram-se, por exemplo, a formas diversificadas de avaliação dos alunos (19%). Quanto às dificuldades encontradas ao trabalhar com crianças especiais, 49% dos professores disseram que falta apoio pedagógico, 47% encontraram dificuldade no apoio familiar. Alguns referem-se ao número de alunos por turma, chegando ao ponto de 57% dos professores relatarem que as turmas deveriam ter apenas 10 crianças, e 29% dizem que deviam ter 12 crianças.

Verificou-se, ainda, que 50% dos professores afirmaram que o espaço adequado é um dos principais desafios de inclusão no âmbito escolar, 40% disseram que a formação do professor tem sido um constante desafio e 10% sentem o preconceito por parte da família.

Em relação à sua prática pedagógica, os professores falam da importância do professor saber adaptar uma atividade para sua turma, considerando o processo de inclusão, e referem ainda ao uso da tecnologia para se atualizar e buscar ideias para a sala de aula (70%).

Em relação à terceira questão, concluiu-se que 45% dos pais chegaram à conclusão de que a rotina se torna o maior desafio, pois, para a melhoria da qualidade de vida de seus filhos, precisa ser cumprida de maneira organizada. Apurou-se, também, que 30% afirmam que a adaptação à escola não é um processo fácil e 25% sentem dificuldade relacionada com as terapias. Quanto às ações para aproximar família e escola, 80% dos pais afirmam que as conversas diárias sobre o desenvolvimento da criança são suficientes para que essa aproximação aconteça, 19% acreditam que palestras de formação para ambos participarem seriam grande relevância, e 1% disse que não há a necessidade de criar ações.

No entanto, 70% dos responsáveis entrevistados responderam estar satisfeitos com o modelo educativo adaptados para seus filhos, 29% dizem que pode melhorar, enfatizando inclusive a falta de melhor preparação de professores qualificados nas salas de aula, e 1% respondeu que não está satisfeito.

Com base nos autores estudados e em toda a pesquisa realizada, deixa-se como propostas para a continuação deste trabalho de investigação: quais os tipos de deficiências mais comuns encontradas nas crianças da primeira infância, como o autismo se diferencia, caracteristicamente, em meninos e meninas, e como o professor da classe comum consegue trabalhar de acordo com cada especificidade, uma vez que o público da Educação Infantil requer muita atenção, por se tratar de crianças bem pequenas, para quem o cuidar, o brincar e o educar são o que norteiam o ensino nessa faixa etária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, C. S. de., Paines, A. V. e Almeida, C. B. (2008). Intervenção motora precoce ambulatorial para neonatos prematuros no controle postural. *Revista Ciência & Saúde*, 1(2), pp.64-70.
- Alves, D. O. (2006). *Sala de recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado*. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial.
- Andrade, L. B. P. de. (2003). *Os Centros de Convivência Infantil da UNESP: contexto e desafios*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Franca.
- Andrade, C. L. (2015). *Dilemas e Contradições sobre a Concepção de Infância Presente no Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil – RCNEI*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.
- Barboza, E. M. R. (2006). *A composição das turmas e o desempenho escolar na rede pública de ensino de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. [Em linha]. Disponível em: <[https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9696/9696\\_1.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9696/9696_1.PDF)>. [Consultado em: 28/11/2022].
- Behrens, M. A. (1996). *Formação Continuada dos Professores e a Prática Pedagógica*. Curitiba, Editora Champagnat.
- Borges, I. C. N. e Coelho, A. M. S. (s.d.). O papel dos pares na inclusão de alunos com NEE: programa PARES. *Exedra Revista Científica*, (3), pp.12-26. [Em linha]. Disponível em: <[exedrajournal.com/wp-content/uploads/2016/02/01.pdf](http://exedrajournal.com/wp-content/uploads/2016/02/01.pdf)>. [Consultado em: 22/11/2022].
- Bolsanello, M. A. (2009). Prevención desde la escuela infantil: desafíos em la realidad brasileña. *Revista Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 65(23,2), pp.73-82.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Presidência da República.
- Brasil. (1990). *Lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [Em linha]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. [Consultado em: 18/12/2022].
- Brasil. (1996). *Lei n° 9.3494, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [Em linha]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Est](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Est)>

abelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais>. [Consultado em: 22/11/2022].

Brasil. (2013a). *Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. [Em linha]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm)>. [Consultado em: 21/11/2022].

Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). [Em linha]. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. [Consultado em: 22/12/2022].

Carvalho, R. E. (2000). *Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva*. Porto Alegre, Editora Mediação.

Carvalho, E. F. F. de. (2018). *As Percepções dos Professores sobre a Unidade de Ensino Especializado numa Escola de 2º e 3º Ciclo no Funchal*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação: Educação Especial - Domínio Cognitivo e Motor). Universidade Fernando Pessoa. Porto.

Ciríaco, F. L. (2020). Inclusão: um direito de todos. *Revista Educação Pública*, 20(29). [Em linha]. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>>. [Consultado em: 30/11/2022].

Correia, L. M. (2008). *A escola Contemporânea e a inclusão de alunos com NEE*. Porto, Porto Editora.

Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, Editora Paz & Terra.

Freire, P. (2015). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio Janeiro, Editora Paz & Terra.

Gerhardt, T. E. e Souza, A. C. de. (2009). Aspectos Teóricos e Conceituais. In: Gerhardt, T. E. e Silveira, D. T. (Orgs.). *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre, Editora UFRGS.

Gentile, P. (2001). *Antonio Nóvoa: “professor se forma na escola”: quer aperfeiçoar sua prática pedagógica? O especialista português garante que o melhor caminho é debater com os colegas*. Nova Escola. [Em linha]. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/179/entrevista-formacao-antonio-novoa>>. [Consultado em: 23/11/2022].

- Grolnick, W. S. e Slowiaczek, M. L. (1994). Parent's involvement in children's schooling: A multidimensional conceptualization and motivational model. *Child Development*, 65(1), pp.237-252.
- Hoffmann, J. M. L. (1996). *Avaliação na pré-escola: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança*. Porto Alegre, Editora Mediação.
- Hoffmann, J. M. L. (2000). *Avaliação: mito & desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre, Editora Mediação.
- Jacomeli, R. B. (s.d.). *A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular*. Brasil Escola. [Em linha]. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-inclusao-alunos-com-necessidades-especiais-no-ensino-regular.htm>>. [Consultado em: 20/11/2022].
- Kramer, S. (2005). *Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação*. São Paulo, Editora Ática.
- Libâneo, J. C. (2004). *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia, Editora Alternativa.
- Lück, H. (2009). *Dimensões da gestão escolar e suas competências*. Curitiba, Editora Positivo.
- Mantoan, M. T. E. (1997). *A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo, Editora Memnon.
- Mantoan, M. T. E. (2003). *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo, Editora Moderna.
- Matias-Pereira, J. (2018). *Manual de Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo, Editora Atlas.
- MEC. (1998). *Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil*. Brasília, MEC.
- MEC. (2006). *Educação Infantil: Saberes e Práticas da Inclusão*. 4. ed. Brasília, MEC.
- MEC. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, MEC. [Em linha]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. [Consultado em: 22/11/2022].
- MEC. (2009a). *Resolução nº. 4, de 2 de Outubro de 2009: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília, MEC. [Em linha]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004\\_09.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)>. [Consultado em: 21/12/2022].

- MEC. (2009b). *Resolução N°5, de 17 de dezembro de 2009: Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, MEC. [Em linha]. Disponível em: <[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE\\_RES\\_CNECEBN52009.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN52009.pdf)>. [Consultado em: 22/11/2022].
- MEC. (2010a). *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*. Brasília, MEC/SEB.
- MEC. (2010b). *Manual de Orientação: Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais*. Brasília, MEC.
- MEC. (2010c). *Nota Técnica SEESP/GAB/Nº.11/2010: Orientações para a institucionalização da Oferta do Atendimento Educacional Especializado - AEE em Salas de Recursos Multifuncionais, implantadas nas escolas regulares*. Brasília, MEC. [Em linha]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&aliases=5294-notatecnica-n112010&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&aliases=5294-notatecnica-n112010&Itemid=30192)>. [Consultado em: 23/11/2022].
- MEC. (2011). Nota Técnica nº. 62/2011/ MEC/ SECADI/ DPEE: Orientações aos Sistemas de Ensino sobre o Decreto nº. 7.611/2011. Brasília, MEC. [Em linha]. Disponível em: <[https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/nota\\_tecnica\\_62.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/download/nota_tecnica_62.pdf)>. [Consultado em: 22/11/2022].
- MEC. (2013a). *Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE: Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012*. Brasília, MEC. [Em linha]. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&aliases=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&aliases=13287-nt24-sistem-lei12764-2012&Itemid=30192)>. [Consultado em: 27/01/2013].
- MEC. (2013b). *Nota Técnica Nº. 55/2013/MEC/SECADI/DPEE: Orientação à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília, MEC.
- MEC. (2014). *Nota Técnica Nº 04/2014 / MEC / SECADI / DPEE: Orientação quanto a documentos comprobatórios de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no Censo Escolar*. Brasília, MEC.
- Moran, J. M. (2005). As múltiplas formas de aprender. *Revista atividades & experiências*, pp.11-13. [Em linha]. Disponível em: <[https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html?action=readFile&file=As\\_multiplas\\_formas\\_do\\_aprender\\_Moran\\_2005.pdf&current=/AI/CIP/Estrategias\\_e\\_Metodos](https://www.univille.edu.br/community/novoportal/VirtualDisk.html?action=readFile&file=As_multiplas_formas_do_aprender_Moran_2005.pdf&current=/AI/CIP/Estrategias_e_Metodos)>. [Consultado em: 24/11/2022].
- Nóvoa, A. (1992). Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A. (Coord.). *Os professores e sua formação*. Lisboa, Editora Dom Quixote.

- Oliveira, I. M de. e Padilha, A. M. L. (2013). Atendimento educacional especializado para crianças de zero a três anos. *In: Jesus, D. M de., Baptista, C. R. e Caiado, K. R. M. (Orgs.). Prática pedagógica na educação especial: multiplicidade do atendimento educacional especializado.* Araraquara, Junqueira & Marin Editores.
- Silva, V. de. S. e Almeida, R. C. de. (2021). A importância e os desafios do método ABA para a inclusão de crianças autistas na rede regular de ensino. *Revista Educação Pública*, 21(12). [Em linha]. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/12/a-importancia-e-os-desafios-do-metodo-aba-para-a-inclusao-de-criancas-autistas-na-rede-regular-de-ensino>>. [Consultado em: 18/12/2022].
- Silva, F. G. da. (2011). *Inclusão Escolar de Alunos com Deficiência Intelectual: o Atendimento Intelectual Especializado (AEE) em discussão.* Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza.
- Soejima, C. S. (2008). *Atenção e estimulação precoce relacionadas ao desenvolvimento da criança de zero a três anos de idade no ambiente da creche.* Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- Souza, M. E. do P. S. (2009). *Família/Escola: a importância dessa relação no desempenho escolar.* [Em linha]. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1764-8.pdf>>. [Consultado em: 18/12/2022].
- Terra, R. N. e Gomes C. G. (2013). Inclusão escolar: carências e desafios da formação e atuação profissional. *Revista Educação Especial*, 26(45), pp.109-124.
- Zanata, E. M. (2004). *Práticas pedagógicas e inclusivas para alunos surdos numa perspectiva colaborativa.* Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.
- Zanata, C. e Treviso, V. C. (2016). Inclusão Escolar: conquistas e desafios. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, 3(1), pp.15-30.

## ANEXOS

### ANEXO 1. Entrevista com os Professores e Coordenadores

<p><b>Apresentação do entrevistado</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Apresentação do entrevistado</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conhecer o percurso profissional;</li><li>• Conhecer a experiência que tem com a inclusão;</li><li>• Conhecer a sua idade;</li><li>• Conhecer o tempo de serviço;</li><li>• Identificar dificuldades na sua prática;</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Como tem sido o seu percurso profissional? Quantos anos tem de serviço?</li><li>2. Que idade tem?</li><li>3. Nesse percurso, tem tido a oportunidade de trabalhar com crianças que apresentem algum tipo de incapacidade?</li><li>4. Como é trabalhar com essas crianças?</li><li>5. Quais as maiores dificuldades que encontra?</li></ol>
---	--	---

<p><b>Compreender e analisar o processo de inclusão na educação infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos docentes</b></p>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Analisar e o processo de inclusão de alunos da educação infantil com necessidades especiais no ensino regular;</li></ul>	<ol style="list-style-type: none"><li>6. Como docente pode auxiliar no processo de inclusão?</li><li>7. Na sua opinião como o ensino regular deve se adaptar a educação inclusiva?</li><li>8. Quantos alunos da educação infantil devem ter numa turma que estuda uma criança com necessidades educacionais especiais?</li><li>9. Das experiências que presenciou no campo da educação inclusiva, qual delas considera mais significativa no seu trabalho?</li><li>10. Quais são as características atitudes e estratégias que a escola regular deve adotar para a inclusão de alunos Público-alvo da educação especial?</li><li>11. Quais são os principais desafios da inclusão dentro da escola?</li><li>12. Todos os alunos são igualmente valorizados?</li><li>13. O corpo docente está preparado para receber a criança com NEE?</li><li>14. O Educandário possui estrutura física para receber e confortar a criança que necessita de Atendimento Educacional Especializado?</li></ol>
---	--	---

<p><b>Compreender e analisar o processo de inclusão na educação infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos docentes</b></p>	<p>Refletir sobre as práticas pedagógicas nas salas de recursos;</p>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Quais as estratégias centrais para fazer um bom trabalho com os alunos com necessidades especiais?</li><li>2. Como deve ser pensada a avaliação referente à aprendizagem das crianças com NEE?</li><li>3. Qual a importância de o professor saber adaptar uma atividade para sua turma considerando o processo de inclusão?</li><li>4. Quais são seus pontos fortes de ensino?</li><li>5. Como você encontra novas ideias para aulas, incluindo suas crianças com Necessidades Educacionais Especiais?</li><li>6. Como você determina se os alunos aprenderam?</li><li>7. Quem auxilia, ou o que auxilia esse momento do trabalho docente?</li><li>8. - Quanto à hora permanência, como se dá o direcionamento? Como o professor organiza esse tempo?</li><li>9. Quais conteúdos podem ser trabalhados com crianças com NEE?</li><li>10. Como o professor deve se preparar e quais desafios Ele pode encontrar na atuação da educação inclusiva?</li><li>11. Quando existem dificuldades no processo ensino-aprendizagem de alunos com NEE OS professores da classe regular e da educação especial procuram soluções em conjunto? Acha importante essa atitude e</li></ol>
---	--	---

O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

	<p>Observar a participação e a contribuição da família no processo de ensino e aprendizagem.</p>	<p>Observar a participação e a contribuição da família no processo de ensino e aprendizagem.</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1-Como/em que influencia o fator familiar no processo de ensino e aprendizagem?</li><li>2- Por que é importante a participação dos pais na escola?</li><li>3-O que pode ser feito no meio familiar para auxiliar no processo de dificuldade de aprendizagem do seu filho?</li><li>4-O que fazer para aproximar a família da escola?</li><li>5-Qual a importância de esclarecer aos familiares em relação às dificuldades de aprendizagem?</li><li>6- Como o ambiente familiar pode contribuir positivamente para o desenvolvimento infantil?</li><li>7-Qual a importância do acolhimento aos alunos e família no processo de inclusão?</li><li>8-Quais os desafios da parceria entre escola e família para a educação inclusiva?</li> <li>9- Sente-se satisfeito com o modelo educativo adaptado com o seu educando?</li><li>10- A escola organiza os grupos/turma valorizando a diversidade?</li><li>11-Sente-se devidamente informado sobre os direitos da criança com NEE?</li></ol>
--	--	--

**ANEXO 2.** Entrevista com os Pais

<b>Objetivos gerais</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Questões da entrevista</b>
<b>Apresentação do entrevistado</b>	Conhecer a sua idade; Conhecer o nível de habilitações literárias; Conhecer a situação profissional; Identificar dificuldades em lidar com o filho;	Que idade tem? Quais são os seus estudos? Em que é que trabalha Quais as maiores dificuldades que encontra no dia a dia do seu filho?

O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

<p><b>Compreender e analisar o processo de inclusão na educação infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos e dos pais</b></p>	<p>Compreender a participação e a contribuição da família no processo de ensino e aprendizagem.</p>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Como acha que o fator familiar influencia o processo de ensino e aprendizagem?</li><li>- Por que é importante a participação dos pais na escola?</li><li>- O que pode ser feito no meio familiar para auxiliar no processo de dificuldade de aprendizagem do seu filho?</li><li>- O que fazer para aproximar a família da escola?</li><li>- Qual a importância de esclarecer aos familiares em relação às dificuldades de aprendizagem?</li><li>- Como o ambiente familiar pode contribuir positivamente no desenvolvimento infantil?</li><li>- Qual a importância do acolhimento aos alunos e família no processo de inclusão?</li><li>- Quais os desafios da parceria entre escola e família à educação inclusiva?</li><li>- Sente-se satisfeito com o modelo educativo adaptado com o seu educando?</li><li>- A escola organiza os grupos/turma valorizando a diversidade?</li><li>- Sente-se devidamente informado sobre os direitos da criança com NEE?</li></ul>
---	---	--

ANEXO 3. Plataforma Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
OESTE DO PARÁ - CEP -  
UFOPA



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTARÉM PARÁ

**Pesquisador:** JOSIANE GOMES LIMA

**Área Temática:** Genética Humana;

(Trata-se de pesquisa na qual esteja prevista a dissociação irreversível dos dados dos participantes da pesquisa.);

**Versão:** 5

**CAAE:** 55713322.6.0000.0171

**Instituição Proponente:** Fundação Ensino e Cultura Fernando Pessoa

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 5.727.837

**Apresentação do Projeto:**

A pesquisa trata do atendimento educacional especializado na Educação Infantil no sistema público de ensino, buscando averiguar quais as práticas pedagógicas utilizadas no atendimento educacional especializado e qual a contribuição da família nesse processo. Para isso será realizada pesquisa em duas instituições de educação infantil na cidade de Santarém. É um projeto de mestrado, vinculado à Universidade Fernando Pessoa, de Portugal.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Geral:**

Compreender e analisar o processo de inclusão na educação infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos docentes e dos pais de alunos com necessidades educacionais especiais.

**Específicos:**

- Analisar o processo de inclusão de alunos da educação infantil com necessidades especiais no ensino regular;
- Refletir sobre as práticas pedagógicas nas salas de recursos;
- Compreender a participação e a contribuição da família no processo de ensino e aprendizagem.

**Endereço:** Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 03

**Bairro:** Salé

**CEP:** 68.040-255

**UF:** PA

**Município:** SANTAREM

**Telefone:** (93)2101-4924

**E-mail:** cep@ufopa.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
OESTE DO PARÁ - CEP -  
UFOPA



Continuação do Parecer: 5.727.837

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

apresentado o risco de constrangimento diante de alguma questão da entrevista, que será minimizado mediante a orientação de uma profissional experiente em pesquisas, que é a orientadora desse trabalho. Quanto aos benefícios, é apresentado que a pesquisa irá contribuir para o conhecimento sobre como ocorre e se ocorre o Atendimento Educacional Especializado nos educandários de Educação Infantil.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

A temática é relevante, a pesquisa é exequível. Destaco que conforme o item 8, da Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, como atribuição da CONEP está descrito no referido item que "pesquisas com coordenação e/ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro", devem ser enviadas para avaliação por este órgão. Nesse sentido, informamos que após resolvidas as pendências apontadas por este CEP no processo, o mesmo deverá ser enviado ao CONEP, dado que está vinculado à Universidade Fernando Pessoa, em Portugal.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

São apresentados todos os termos de apresentação obrigatória.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Sem mais inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O projeto será encaminhado a CONEP dado que está vinculado à Universidade Fernando Pessoa, em Portugal.

**O presente projeto, seguiu nesta data para análise da CONEP e só tem o seu início autorizado após a aprovação pela mesma.**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1880640.pdf	18/10/2022 09:07:25		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto_carimbada.pdf	18/10/2022 09:04:43	JOSIANE GOMES LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.doc	30/08/2022 21:14:00	JOSIANE GOMES LIMA	Aceito

**Endereço:** Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 03

**Bairro:** Salé **CEP:** 68.040-255

**UF:** PA **Município:** SANTAREM

**Telefone:** (93)2101-4924

**E-mail:** cep@ufopa.edu.br

O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

UNIVERSIDADE FEDERAL DO  
OESTE DO PARÁ - CEP -  
UFOPA



Continuação do Parecer: 5.727.837

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_plataforma.doc	14/07/2022 12:09:46	JOSIANE GOMES LIMA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	img20220503_17581123.pdf	03/05/2022 20:05:25	JOSIANE GOMES LIMA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	josiane_projeto_dissertacao.doc	03/05/2022 20:02:38	JOSIANE GOMES LIMA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Sim

SANTAREM, 27 de Outubro de 2022

Assinado por:  
Flavia Garcez da Silva  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 03  
**Bairro:** Salé **CEP:** 68.040-255  
**UF:** PA **Município:** SANTAREM  
**Telefone:** (93)2101-4924 **E-mail:** cep@ufopa.edu.br

Página 03 de 03

**ANEXO 4.** Comitê de Ética em Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UFOPA

**DECLARAÇÃO**

O Comitê de Ética em Pesquisa, envolvendo seres humanos, da Universidade Federal do Oeste do Pará, vale-se do presente expediente, nos termos da Resolução n°. 466, de 12 de dezembro de 2012 e do Regimento Interno do Comitê, para declarar **que o projeto registrado sob n° CAEE 55713322.6.0000.0171** foi aprovado sem qualquer pendência em sua quinta versão, não havendo necessidade de reenvio à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP.

Santarém, 08 de novembro de 2022.

Flávia Garcez da Silva  
Coordenação CEP-Ufopa  
Portaria n°. 302/2022

Documento assinado digitalmente  
 FLÁVIA GARCEZ DA SILVA  
Data: 08/11/2022 09:43:19-0300  
Verifique em <https://verificador.jf.br>

O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

---

**ANEXO 5.** Autorização dos Diretores

Exma Sra. Coordenadora

Da Unidade Municipal de Educação Infantil do Santarenzinho I, da cidade Santarém  
Pará- Brasil

**Assunto:** Pedido de autorização para a realização para a realização de um questionário à gestora, professores e pais desta Umei.

Eu, Josiane Gomes Lima, aluna da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Fernando Pessoa, venho por meio solicitar a vossa senhoria, a autorização para a realização de um questionário que estamos a desenvolver no estudo que se intitula: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTARÉM- PARÁ. Este instrumento de recolha de dados surge no âmbito do trabalho de investigação para a obtenção de grau de Mestre em Ciências da Educação- Educação Especial, Domínio Cognitivo e Motor, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Fátima Paiva Coelho.

O referido trabalho visa compreender e analisar o processo de inclusão na educação infantil de alunos com NEE do ponto de vista dos docentes e dos pais

Fica assegurado que estes registros serão utilizados para efeitos de investigação. Assim, será garantido o anonimato do questionário dos gestores/coordenadores, professores e pais, sendo os resultados obtidos usados apenas para o estudo em questão.

Ficamos a aguardar a resposta. Com os melhores cumprimentos.

Santarém Pará- Brasil 03 de maio de 2022

Pesquisadora participante

Josiane Gomes Lima- 947061232-91

  
MEI SANTARENZINHO I  
Ana Júlia Almeida Fernandes  
Portaria nº 435/2018 - SEMEC  
COORDENADOR

O Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos dos Centros Municipais de Educação Infantil em Santarém do Pará

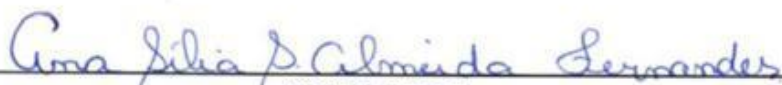
---

**CARTA DE ACEITE**

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar o pesquisador desta Instituição, abaixo relacionado, para o desenvolvimento das atividades referentes ao Projeto de Pesquisa, intitulado: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTARÉM- PARÁ, sob a Coordenação do Professor/Pesquisador DRA. FÁTIMA PAIVA COELHO do CURSO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO ESPECIAL, da Universidade Fernando Pessoa, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Pesquisador participante

JOSIANE GOMES LIMA- 947.061.232-91

  
\_\_\_\_\_  
**COORDENADOR**  
**UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO SANTARENZINHO I**

UNES SANTARENZINHO I

Ana Sílvia S. Almeida Fernandes  


\_\_\_\_\_  
**Assinatura e Carimbo**

012.492.512-06

**CPF**

(93)99116-4466

**Telefone**

asilviaalmeida3@gmail.com

**E-mail**

**CARTA DE ACEITE**

Declaramos, para os devidos fins, que concordamos em disponibilizar o pesquisador desta Instituição, abaixo relacionado, para o desenvolvimento das atividades referentes ao Projeto de Pesquisa, intitulado: O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTARÉM- PARÁ, sob a Coordenação do Professor/Pesquisador DRA. FÁTIMA PAIVA COELHO do CURSO CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO ESPECIAL, da Universidade Fernando Pessoa, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Pesquisador participante

JOSIANE GOMES LIMA- 947.061.232-91

U.M.E.I. ROSILDA CAMPOS  
*(Assinatura)*  
Antonio Leudivan Costa Souza  
Esp. em Ed. Infantil Reg. n.º 191865-2  
Coordenador Port. n.º 442002 2488242

---

**COORDENADOR**

**UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL- UMEI ROSILDA CAMPOS**

---

**CPF**

---

**Telefone**

---

**E-mail**

**ANEXO 6.** Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

A Resolução CNS nº 466 de 2012 define O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE como o “documento no qual é explicitado o consentimento livre e esclarecido do participante e/ou de seu responsável legal, de forma escrita, devendo conter todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar.

**TÍTULO DA PESQUISA:** O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NAS SALAS DE RECURSOS DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM SANTARÉM PARÁ  
PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: JOSIANE GOMES LIMA  
ENDEREÇO: RUA: SÃO LUCAS, Nº 287, SANTARENZINHO, SANTARÉM-PARÁ  
TELEFONE: (93) 991340896, e-mail:josigomes088@gmail.com

Prezado (a) Participante,

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que irá investigar se e/ou como existe atendimento educacional especializado na Educação Infantil no sistema público de ensino. Quais as práticas pedagógicas utilizadas no atendimento educacional especializado? Qual a contribuição da família nesse processo?

**1. POR QUE VOCÊ ESTÁ SENDO CONVIDADO A PARTICIPAR?**

O convite para a sua participação se deve ao grau de parentesco e/ou ligação que tem com a família da criança com NEE.

**2. COMO SERÁ A MINHA PARTICIPAÇÃO?**

Ao participar desta pesquisa você irá participar da entrevista que será feita pela pesquisadora. Também serão feitas algumas observações do educandário, com o intuito de trazer mais riqueza à pesquisa, mas a todo momento será resguardado o sigilo da entrevista e das observações. Lembramos que a sua participação é voluntária, isto é, ela não é obrigatória, e você tem plena autonomia e liberdade para decidir se quer ou não participar. Você pode desistir da sua participação a qualquer momento, mesmo após ter iniciado a(s) entrevista(s) e as observações sem nenhum prejuízo para você. Não haverá

nenhuma penalização caso você decida não consentir com a sua participação, ou desistir da mesma. Contudo, ela é muito importante para a execução da pesquisa. A qualquer momento, durante a pesquisa, ou posteriormente, você poderá solicitar ao pesquisador informações sobre sua participação e/ou sobre a pesquisa, o que poderá ser feito através dos meios de contato explicitados neste Termo.

### **3. QUEM SABERÁ SE EU DECIDIR PARTICIPAR?**

Somente o pesquisador responsável saberá que você está participando desta pesquisa. Ninguém mais saberá da sua participação. Entretanto, caso você deseje que o seu nome / seu rosto / sua voz conste do trabalho final, é sua decisão. Basta que você marque ao final deste termo a sua opção.

### **4. GARANTIA DA CONFIDENCIALIDADE E PRIVACIDADE.**

Todos os dados e informações que você nos fornecer serão guardados de forma sigilosa. Garantimos a confidencialidade e a privacidade dos seus dados e das suas informações.

Tudo o que o(a) Sr. (a) nos fornecer ou que seja conseguido por meio das entrevistas, conversas informais e observações será utilizado somente para esta pesquisa.

A entrevista somente será gravada se houver sua devida autorização. O material da pesquisa com os seus dados e informações será armazenado em local seguro no período da pesquisa e destruído o término da pesquisa. Qualquer dado que possa identificá-lo será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa. Caso você autorize que sua voz seja publicada, teremos o cuidado de anonimizá-la, ou seja, sua voz ficará diferente e ninguém saberá que é sua. Caso você autorize que sua imagem seja publicada, teremos o cuidado de anonimizá-la, ou seja, seu rosto ficará desfocado e/ou colocaremos uma tarja preta na imagem dos seus olhos e ninguém saberá que é você. O cronograma de execução da entrevista será de 6 horas.

### **5. EXISTE ALGUM RISCO SE EU PARTICIPAR?**

O (s) procedimento (s) utilizado (s) na pesquisa, as observações aos participantes e as entrevistas apresentam um risco que será o mínimo possível encontrado em uma pesquisa: como constrangimento diante da presença da pesquisadora no dia a dia no âmbito escolar, e de algumas perguntas que possa te deixar tímido(a). Teremos suporte

devido de um profissional experiente, que será a orientadora deste projeto que estará orientando e supervisionando quanto à pesquisa.

#### **6. EXISTE ALGUM BENEFÍCIO SE EU PARTICIPAR?**

Os benefícios esperados com a pesquisa são no sentido de contribuir para que saibamos como ocorre e se ocorre o Atendimento Educacional Especializado nos educandários de Educação Infantil. Contribuindo com o campo da pesquisa na Universidade Fernando Pessoa, possibilitando novos conhecimentos na área.

#### **7. FORMAS DE ASSISTÊNCIA E RESSARCIMENTO DAS DESPESAS.**

Se você necessitar de encaminhamento ou esclarecimentos como resultado encontrado nesta pesquisa, você será atendido (a) pela pesquisadora deste projeto Josiane Gomes Lima e sua orientadora prof<sup>a</sup> dr. Fatima Coelho, que farão os esclarecimentos necessários e verificarão a necessidade de outros encaminhamentos. Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurá-las a qualquer momento, sempre que julgar necessário, pelo endereço: Rua São Lucas, nº 287, Santarenzinho (93) 991340896, + 351 919 452 476. O ressarcimento será no pagamento de transporte para as respostas da entrevista.

#### **8. ESCLARECIMENTOS**

**9.** Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, poderá consultar o Comitê de Ética da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA.

**Endereço:** Rua Vera Paz s/n - Prédio da Reitoria, Sala nº 03

**Bairro:** Salé    **CEP:** 68.040- 255

**Telefone:** (93)2101-4924

**E-mail:** cep@ufopa.edu.br

**UF:** PA    **Município:** SANTARÉM

Se tiver alguma dúvida a respeito da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar a qualquer momento o pesquisador responsável: Josiane Gomes Lima, rua São Lucas, nº 287, Santarenzinho, (93) 991340896.

### **9. CONCORDÂNCIA NA PARTICIPAÇÃO.**

Se o (a) Sr. (a) estiver de acordo em participar da pesquisa deve preencher e assinar este documento que será elaborado em duas vias; uma via deste Termo ficará com o (a) Senhor (a) e a outra ficará com o pesquisador.

O participante de pesquisa ou seu representante legal, quando for o caso, deve rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apondo a sua assinatura na última página do referido Termo.

O pesquisador responsável deve, da mesma forma, rubricar todas as folhas do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, apondo sua assinatura na última página do referido Termo.

### **10. USO DE VOZ E/OU IMAGEM**

Caso o (a) Senhor (a) deseje que seu nome, seu rosto, sua voz ou o nome da sua instituição apareça nos resultados da pesquisa, sem serem anonimizados, marque um dos itens abaixo.

\_\_\_ Eu desejo que o meu nome conste do trabalho final.

\_\_\_ Eu desejo que o meu rosto/face conste do trabalho final.

\_\_\_ Eu desejo que a minha voz conste do trabalho final.

\_\_\_ Eu desejo que o nome da minha instituição conste do trabalho final.

### **11. CONSENTIMENTO**

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da cédula de identidade \_\_\_\_\_, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelos pesquisadores. Ciente dos serviços e procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Santarém-Pará, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do participante ou Representante Legal

---

Assinatura do Pesquisador